



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES - CAMPUS I  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LÍNGUA PORTUGUESA

JÉSSICA ROBERTA ARAÚJO FERREIRA

**CONTROLE DE PODER NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES**

CAMPINA GRANDE- PB

2017

JÉSSICA ROBERTA ARAÚJO FERREIRA

**CONTROLE DE PODER NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Letras – Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Textos e Discursos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Clara Regina Rodrigues De Souza.

CAMPINA GRANDE-PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383c Ferreira, Jéssica Roberta Araújo  
Controle de poder no discurso jornalístico: [manuscrito] :  
movimento grevista dos professores / Jessica Roberta Araújo Ferreira.  
- 2017.  
58 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras  
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação,  
2017.

"Orientação: Profa. Ma. Clara Regina Rodrigues de Souza,  
Departamento de Letras e Artes".

1. Controle de poder. 2. (Des)legitimação. 3. Movimento grevista  
de professores. I. Título.

21. ed. CDD 400.41

JÉSSICA ROBERTA ARAÚJO FERREIRA

**CONTROLE DE PODER NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Letras – Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Textos e Discursos

Aprovada em: 20/07/2017

**BANCA EXAMINADORA**

Clara Regina Rodrigues de Souza

Prof.<sup>a</sup> Ma. Clara Regina Rodrigues de Souza (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ludmila Mota de F. Porto

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ludmila Mota de Figueiredo Porto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Tatiana Fernandes Santana

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatiana Fernandes Santana  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**Ao meu pai, “Deus todo poderoso,  
onipotente, onipresente”.**

**À minha família,**

**DEDICO:**

## AGRADECIMENTOS

À minha professora orientadora, Clara Regina, pelas leituras indicadas para conclusão desta pesquisa, por todo apoio, presteza e dedicação.

Às professoras Tatiana Santana e Ludmila Porto, por terem aceitado o convite de compor a banca examinadora, contribuindo com a pesquisa realizada.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza aos serviços quando foi necessário.

À professora Aline Leal, pela amizade na vida acadêmica e pela contribuição no ensino da Linguística.

À professora Alfredina Rosa, pelos ensinamentos, dedicação e dúvidas quando se foi necessário na cadeira de Linguística III, em que tomei gosto pela área.

Ao meu marido, David Ferreira, por todo amor, dedicação e cumplicidade, por me apoiar nos estudos e estar sempre presente assistindo minhas conquistas.

À minha mãe, por compreender minha ausência nesta caminhada acadêmica, e por todas suas orações.

Ao meu pai, por todas às vezes me dizer: “não faz mais que sua obrigação”; usei e usarei como suporte para concluir esta etapa e tantas outras.

Às tias postças Eva e Tide, por me terem em suas orações e intercederem por mim.

Aos meus amigos de sala, Renally, Leiliane, Elis e Fabiano, por toda luta diária, pelas palavras de apoio e por não me deixarem desistir quando mais me faltavam forças.

Aos amigos de curso, Beth, Manu e Jamilton, que estiveram comigo na caminhada acadêmica.

Ao nosso Grupo de Pesquisa, *Linguística, Textos e Discursos*, orientado pela professora Clara Regina, pelo apoio acadêmico.

A todos que colaboraram para o cumprimento deste TCC, muito obrigada.

*Pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala. Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever.*

*van Dijk*

*“Consigno ver o mundo pelos ombros de um gigante”*

*Karina Falcone*

## RESUMO

Esta monografia focaliza o discurso jornalístico e sua propagação como forma de legitimar ou deslegitimar um grupo social, em específico, a classe dos docentes no estado do Paraná, em 2015. O problema de pesquisa se desenvolve no processo de reconstrução e reestruturação de atividades no campo mercadológico desse discurso. Tem-se por objetivo analisar as ações discursivas do domínio jornalístico brasileiro na construção da (des)legitimação do sujeito professor. Para o seu cumprimento, descreve-se o controle de poder através dos artigos da Revista Veja, *Chega ao fim a absurda e violenta greve de professores no Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses!* e *Professores, acordem!*. A análise é desenvolvida através de categorias que despertem o cognitivo discursivo do sujeito na sociedade contemporânea, quais sejam: *Controle de poder* e *Processo de (des)legitimação*, na medida em que se preocupa em observar os tipos de controles exercidos de um grupo manipulador sob outro em processo de deslegitimação. Nesta pesquisa qualitativa, de caráter documental e natureza heurística, segue-se percurso teórico-metodológico baseado em van Dijk (2012; 2015) e Falcone (2008), porque ambos defendem o processo de legitimação, a partir dos Estudos Críticos do Discurso, nos movimentos sociais de grupos estereotipados pelos membros dominantes da sociedade. O presente trabalho se justifica por ampliar os debates em Análise Crítica do Discurso e por compartilhar como é imposto o modelo hegemônico pelos meios jornalísticos sob a classe docente. A natureza heurística adotada de investigação desvela a constituição do poder midiático frente aos movimentos grevistas dos professores. Os resultados de análise apontam para a reestruturação do discurso na elaboração estratégica de léxicos propagados em forma de discursos neutralizados com valores distintos.

Palavras chave: Controle de poder. (Des)legitimação. Movimento grevista de professores.



## ABSTRACT

This monograph focuses on the journalistic discourse and its propagation as a way to legitimize or delegitimize a social group, specifically, the teachers in the state of Paraná in 2015. The research problem is developed in the process of reconstruction and restructuring of activities in the field of this discourse. The objective is to analyze the discursive actions of the Brazilian journalistic domain in the construction of the (dis)legitimation of teacher. For its fulfillment, the control of power is described through the articles of *Veja Magazine*, the absurd and violent strike of teachers in Paraná comes to an end. Who left losing? The paranaenses! And teachers, wape up! The analysis is developed through categories that awaken the cognitive discursive of the subject in contemporary society, namely: Power control and (dis)legitimization process, so far as it is concerned with observing the types of controls exercised by a manipulative group under another in process of delegitimation. In this qualitative research, of documentary nature and heuristic nature, it follows a theoretical-methodological route based on van Dijk (2012, 2015) and Falcone (2008), because both defend the process of legitimation, from the Critical Discourse Studies, in Social movements of groups stereotyped by the dominant members of society. The present work is justified by expanding the debates in Critical Discourse Analysis and by sharing how the hegemonic model is imposed by journalistic media under the teaching class. The adopted heuristic nature of investigation reveals the constitution of media power in front of the striking movements of teachers. The results of analysis point to the restructuring of the discourse in the strategic elaboration of lexicons propagated in the form of discourses neutralized with different values.

Keywords: Power control. (Dis)legitimation. Teachers strike movement.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Greve dos professores.....	34
Figura 2 - Educadores em greve desmentem mídia e governo do Paraná.....	36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACD - Análise Crítica do Discurso

CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

ECD - Estudos Críticos Discurso

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNR - Projeto Novo Recife

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido do Trabalhador

STF - Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA : CONTROLE DO PODER NO DISCURSO NOS MEIOS MUDIÁTICOS.....</b>	<b>16</b>
2.1 ANÁLISE DISCURSIVA NOS MEIOS MUDIÁTICOS JORNALÍSTICOS.....	20
<b>3 PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	22
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	22
3.3 CONTEXTO DA PESQUISA.....	24
3.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	28
<b>4 PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DOS DOCENTES NO MEIO SOCIAL.....</b>	<b>32</b>
4.1 CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR NA MÍDIA.....	32
4.2 PROCESSAMENTO DO DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES.....	37
4.3 (DES)LEGITIMAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE.....	39
4.4 MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO AS MÍDIAS.....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A mídia exerce controle de poder discursivo que influencia o modo de os sujeitos significarem contextos sociais, conforme diversas pesquisas têm provado. Costa (2016), embasado em Fairclough (2001) e com dados da revista *Veja*, do jornal *Folha de São Paulo* e do programa de televisão *Jornal nacional*, evidência a relação do processo de reestruturação da ordem do discurso jornalístico, recontextualizada em função do caráter mercadológico do discurso midiático, mediante o uso articulado de recurso linguístico do emprego das seleções lexicais para construção do discurso com estilo manipulador persuasivo.

Essa relação relata, segundo este pesquisador, a existência de uma forma organizacional emergente de poder, ligado a um modelo de discurso, e caracteriza a prática discursiva como uma constante rearticulação de elementos restringidos. A partir desse recente estudo de Costa (2016), apesar de seguir um direcionamento teórico diferente da presente pesquisa, temos a possibilidade de comprovar o papel das mídias e das estruturas linguísticas como forma de modificar o pensamento do sujeito, alterando o modo articulatório do seu cognitivo. A modificação se dá em práticas de linguagens, que constroem o processo de (re)estruturação de um discurso, a priori informativo, pelo aspecto promocional e persuasivo do discurso publicitário.

Outras duas pesquisas, respaldadas em estudos de van Dijk, analisam crítica e sociocognitivamente discursos midiáticos. Ambas desvendam que o uso articulado para legitimar determinado grupo, em oposição ao que está em fase de (des)legitimação, se materializa através de recursos linguísticos. Em específico, o processo é feito através de argumentos articulados no discurso midiático, com intenção de manipular e persuadir sujeitos. Na primeira pesquisa, Falcone (2008) expõe como o domínio jornalístico e a dimensão sociopolítica constrói a deslegitimação sustentada pelo discurso governamental sobre o *Massacre de Eldorado do Carajás*, conhecido pelas inúmeras mortes dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorridas por meio de ação da polícia do estado do Pará, em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado do Carajás, no sul do Brasil. O estudo crítico desta pesquisa mostra, através das atividades de articulação e reelaboração de outros discursos, os aspectos textuais em construção rebuscada, que passa pelo processo de escolhas lexicais para aplicar o processo de legitimação, operando diferentemente na construção do discurso legitimador.

Na segunda pesquisa, Cavalcanti (2016) especifica os aspectos linguístico-cognitivos e escolhas lexicais em que se estabelecem ou subvertem conhecimentos sociais, bem como

subsidiar aspectos social e politicamente legitimados sob outros em processo de (i)legitimação. O caso em análise trata da contestação à aprovação, pelo prefeito da cidade de Recife, capital de Pernambuco, de uma lei que permite a continuidade de um projeto imobiliário – *Projeto Novo Recife* (PNR) – contra o qual se posiciona o Movimento #OcupeEstelita, em publicação exposta na página do *facebook* sobre o movimento do acampamento.

Com essas duas pesquisas, compreendemos o caráter sociocognitivo e político dos estudos críticos do discurso. Concebemos o questionamento de situações cotidianas atravessadas pelo controle de poder midiático.

Na presente pesquisa, investigamos o processo da tentativa para legitimar a categoria docente, com análises de como a mídia deslegitima grupos, em fatos estereotipados. Na nossa observação do posicionamento hegemônico midiático sobre os docentes, fizemos um levantamento de dados na VEJA, na seção da educação. A escolha desta revista se deu por sua repercussão social. Ela se divulga como a segunda maior revista semanal de informação do mundo, com circulação média semanária de 1,071 milhão. A sua editora, a Abril, também se propaga como a que publica sete das dez revistas mais lidas do país.

Dessa seção, delimitamos o período entre 2015 e 2016 para coleta de dados, haja vista serem, respectivamente, o ano de início e de término de nossa pesquisa. Nela, praticamente, há ausência na divulgação da importância do papel social do docente, como mediador de práticas de aprendizagem educativas. No mês de Setembro de 2016, a maior parte das 45 publicações, da seção em foco, é voltada para o alunado, inclusive pelo fato de abordar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), excetuando-se a publicação de nove de setembro, intitulada: *Com pouco recurso, Amazonas consegue melhorar ensino médio*, de Cecília Ritto. Esse artigo retrata a importância do docente no campo social e educacional e o processo renovatório de conhecimentos, logo, dando importância à formação continuada para o docente. Seguindo sua tradição, no período destinado para o ENEM, nenhuma das 48 publicações de outubro, nem das 62 de novembro 2016, preocupou-se com o papel do professor no desenvolvimento educacional.

De modo geral, a Veja apresenta as seções TVeja, Entretenimento, Política, Mundo, Esporte, Saúde, Economia, Tecnologia, VEJA Internacional e Educação. Esta última, em 2016, enfoca o ingresso de discentes nas universidades públicas do nosso país, a reforma do ensino médio e a ocupação nas escolas em que ocorreria o ENEM 2016, motivo pelo qual a aplicação do exame seria adiada. O enfoque demonstra a ausência da voz de professores, impugnando sua ausência no processo de aprendizagem e formação escolar.

Em contrapartida, nesse entremeio, chama a atenção o fato de professores serem expostos quando reivindicam seus direitos, como comprovam publicações de 2015 e 2016. A exposição faz uso de recursos e estratégias linguísticas para deturpar a imagem dos docentes à sociedade. Acontece mediante a não neutralidade discursiva de deslegitimar o movimento grevista docente, em reportagens e notícias, assim como pelo processo de silenciamento da voz dos professores no posicionamento social da educação básica brasileira. Na seção enfocada, professores são noticiados, predominantemente, quando fazem greve. Assim, enfatiza-se o processo de (re)construção da imagem docente estereotipada, ocasionada pelo esquecimento, ocultamento e silenciamento dos professores no meio midiático.

Perante essa realidade, posicionamo-nos pela necessária urgência do processo de legitimação dos fatos e atos dos professores que estão em desigual disparidade social. De modo específico, detemo-nos no movimento grevista no estado do Paraná, em 2015, que ficou conhecido mundialmente como o *massacre dos professores*. O ato aconteceu um dia após o dia Mundial da Educação, celebrado, em 28 de abril, para comemorar os avanços conquistados pelo meio educacional. Buscamos investigar, a partir de textos jornalísticos, a relação constitutiva entre uma prática discursiva específica e uma prática social, ambas em processo de legitimação e/ou deslegitimação. Tomamos como categorias de análise, dentro da Análise Crítica Discursiva (ACD), elementos que despertem o cognitivo discursivo do sujeito na sociedade contemporânea, são elas: *Controle de poder e Processo de (des)legitimação*. A partir do levantamento de dados, acerca do movimento grevista dos professores do estado do Paraná, observamos os tipos de controles exercidos de um grupo manipulador sobre outro em processo de legitimação dos fatos.

Partindo desse íterim, nosso problema de pesquisa é o fato de as relações processuais, estratégicas e discursivas influenciarem a reconstrução e reestruturação de determinadas esferas de atividade no campo mercadológico do discurso jornalístico. Dada à problemática, questionamos: Se o discurso jornalístico brasileiro da Veja constrói a (des)legitimação do sujeito professor, a partir de quais estratégias os poderes são exercidos e controlados por específicos grupos?. A questão investigativa busca respostas através de um estudo crítico discursivo de dois artigos publicados na Revista Veja, que se constituem pelos entrelaçamentos de seu contexto histórico, social, cultural, assim como pelo poder de grupos sociais para, então, articular ideologias elaboradas no meio social.

Para que a resposta apresentada seja respondida, objetivamos analisar as ações discursivas do domínio jornalístico brasileiro na construção da (des)legitimação do sujeito professor. Em específico, nossos objetivos são: 1) descrever o controle de poder jornalístico

através dos artigos, publicados na Revista Veja, no blog de Reinaldo Azevedo, *Chega ao fim a absurda e violenta greve de professores no Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses!* e *Professores, acordem!*; 2) analisar o discurso jornalístico ao discurso social na manipulação implícita e modelo hegemônico sob o movimento grevista docente do Paraná, em 2015. Para o cumprimento dos objetivos, o estudo desenvolvido segue percurso, heurístico, teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), com base em van Dijk (2012; 2015) e Falcone (2008).

A justificativa para esta pesquisa é ampliação dos debates em ACD, ao trazer um ponto específico de análise que mostra como pode ser imposto o modelo hegemônico pelos meios jornalísticos sob a classe docente; modelo este presente nos artigos da revista Veja sobre o papel do professor em contexto brasileiro e sua atuação em movimentos grevistas. A não neutralidade desses discursos se revela pelo não dito no dito dialogalmente contra a educação básica brasileira. Nesse sentido, a natureza heurística adotada de investigação desvela a constituição de poder discursivo frente aos movimentos grevistas dos professores, em especial, do estado do Paraná, em 2015.

Diante dessas considerações iniciais, esta monografia segue um plano organizacional em três capítulos. Um capítulo, teórico, descreve os estudos críticos sobre o discurso estereotipado dos meios jornalísticos, frente a grupos que lutam por processo de legitimar sua fala. O capítulo seguinte, metodológico, relata o contexto de pesquisa e as categorias de análises descobertas. O outro capítulo, teórico-analítico, disserta sobre o processo do controle de poder jornalístico na seleção e organização lexical que deslegitima o movimento grevista em análise. Por fim, as considerações finais atentam para a resposta de que o discurso jornalístico é carregado de valores neutralizados.



## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONTROLE DE PODER DISCURSIVO

A análise de abuso do poder, na mídia impressa ou visual, é de interesse dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Esse meio tanto pode informar fatos, como desinformar, de modo abusivo e insidioso, interferindo no discurso social, entendido como controle de um grupo em relação a outro e seus participantes. Ou seja, o discurso é respaldado como discurso social estruturado e organizado em forma de controle e poder sob outros grupos sociais. O discurso tem a possibilidade de alcance em toda a sociedade, pela sua inserção em todas as práticas e eventos sociais em que sujeitos participam.

No discurso midiático, o movimento grevista dos professores é noticiado através do jornalismo que perpassa os fatos para o meio social, possibilitando, assim, o discurso em forma de controle. De acordo van Dijk (2015), um jornalista tem o papel de mediar os fatos ocorridos, como modo de deixar a população integrada com o meio. No entanto, os ECD identificam uso de itens lexicais elaborados como forma de construir outros tipos de modelos mentais que, por vezes, tendem a ser preconceituosos e estereotipados. Os ECD têm a liberdade de intervir no discurso do profissional, defendendo o sujeito sociocognitivamente controlado, já que trabalham amparados em reflexões discursivas, dissensão e resistência que o discurso midiático pode exercer.

Estudos críticos analisam as escolhas de itens lexicais e a formulação semântica das informações, que influencia a aplicabilidade do discurso midiático na reprodução social. Por vezes, a influência é irreversível, pelo fato de discorrer através do discurso social sob forma de hegemonia, através do uso do poder, manifestado disfarçadamente ou legitimado pelo contexto social. Ao analisar itens lexicais nos discursos midiáticos, podemos perceber a não neutralidade quanto aos fatos retratados, logo, o impacto se dá pela identificação ideológica discursiva reportada.

Nossa discussão se ampara nos ECD, nas análises do discurso social que permeiam o campo midiático. No estudo dos artigos *Chega ao fim a absurda e violenta greve dos professores do Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses!* e *Professores, acordem!*, a análise de itens lexicais como, por exemplo, *absurda* e *violenta*, contempla toda a trama discursiva em que ocorrem. Não há como concluir análises feitas a partir de lides de notícias e palavras isoladas. Leituras se interligam em contextos e em movimentos que lutam pela legitimação dos fatos e do discurso. As manchetes e os lides são desenvolvidos estrategicamente pelas escolhas dos itens lexicais, a fim de elaborar e persuadir o público-

alvo. Por conseguinte, os jogos de palavras articuladas exercem poder de manipulação, hegemonia e sensacionalismo para com o sujeito.

No discurso elaborado e articulado para ser reproduzido, ações de outros caracterizam um controle. Cada tipo de fala realiza um controle específico em determinado público, a partir dos vários discursos no meio social. Se o controle se dá pelo interesse daqueles que exercem tal poder, contra o interesse daqueles que são controlados, podemos concluir que há abuso de poder. Seguindo van Dijk (2015), o controle dos discursos manipuladores exercem influência na fala e escrita de determinados grupos em processo de (de)legitimação, com o intuito de favorecer determinada classe social em posicionamento global, havendo possíveis opressões quanto à tentativa de expressar o que se passa no momento.

Acaba-se sofrendo de forma direta ou indireta algum tipo de controle e omissão, tanto na fala como na escrita, pelos dominantes do poder, escolhidos por uma classe elitizante, que passam a ocultar e silenciar vozes impedidas pelo Estado, pela polícia e pelas mídias sociais, em forma contrária a constatação dos atos legítimos. Com isso, o abuso começa quando o poder manda em quem tem a prática de transferir tal poder discursivo para a população em massa. Dito de outra forma, agir por meio da mente das pessoas, controlando as possíveis informações, é uma ação indireta de prejudicar receptores no discurso social.

O controle do poder discursivo é exercido através de informações repassadas para os meios jornalísticos, ao ocultarem fatos, impedindo-os de ser escritos ou falados. Sujeitos como redatores, *blogueiros*, jornalistas e repórteres são incentivados a (re)produzir uma arguição específica para exercer o poder sobre determinados grupos. Nesse entendimento:

O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes e ideologias, como também às representações pessoais ou sociais. O controle da mente é indireto, uma intencional, mas apenas possível ou provável consequência do discurso. Uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitude, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação. Essa ação controlada pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder. (VAN DIJK, 2015, p.18).

No controle sobre outros grupos, o sujeito pode controlar seu próprio poder, por exemplo, pela subjetividade do controle da sua mente e pelo ato de reproduzir a fala. Ao preparar ação e fala específicas para introduzir um discurso, sujeitos trabalham seu autocontrole mental. Se os discursos têm o poder de controlar mentes, e mentes controlarem

ações, então, é necessário para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar, conforme entendemos com van Dijk (2015).

Os detalhes e a maneira de acesso ao discurso do poder, produção e elaboração de estratégias dos poderes discursivos e de quem está apto para recebê-los, pode ou influenciar na elaboração do modelo pensante cognitivo. Quanto menos o discurso se mostra público, menos acessível para suposto estudo crítico.

O controle da mente envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita ou fala; envolve também o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança de mentalidade das pessoas. (VAN DIJK, 2015, p. 20).

Ao conhecer grupos elitizados, a partir de manipulações do controle na mente e sobre a mente, o discurso público se apresenta, de forma geral, voltado para o poder da mente do sujeito. Os políticos, detentores da classe dominante, assim como os advogados, como tantos outros, são responsáveis por transferirem tais tipos de poder para manipular o discurso social, que é possível fazer mudanças cognitivas no psíquico do sujeito. Tal ação se dá pela interação do discurso com o poder. A partir deste íterim, os ECD se centram para desmistificar as relações em particular; é o momento propício para identificar o *abuso de poder*.

Somente então, podemos nos integralizar como o poder é desigualmente distribuído na sociedade. Pelo poder é definido o controle de membros pertencentes a determinados grupos. Segundo van Dijk (2015), as formas de poder político, acadêmico ou empresarial se tornam propícios para acesso especial aos meios de produção discursiva, e, conseqüentemente, gerenciadores de mentes coletivas, que passam a nos proporcionar um distanciamento a discursos elitizados.

Partindo do pressuposto de que o discurso é controlado por sujeitos sociais específicos ou instituições, o acesso discursivo é dos que estão no poder e detêm tal poder. A articulação e imposição do poder sobre o discurso para o meio social se destaca por ser mais elaborado, por ter mais força de persuasão em determinado grupo. Enquanto este propício a receber subjetividades alheias, limitando-se a escrever ou dialogar nos meios midiáticos de comunicação. As formas de poder são passadas pelos gêneros midiáticos:

O poder é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso. Esse controle pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de (re)produção do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação e influência. Dessa maneira, as empresas de comunicação de massa e seus (geralmente estrangeiros) proprietários

controlam tanto as condições financeiras quanto as tecnológicas da produção do discurso, por exemplo, nos jornais, na TVs, como nas indústrias de telecomunicações informática. (VAN DIJK, 2015, p. 45).

Neste sentido, o poder discursivo se dá pela predominância persuasiva. Por exemplo, em anúncios publicitários, as propagandas têm o intuito de influenciar as ações futuras dos receptores (leitores). Já a dominância é entendida como abuso de poder social, em que é exercida em prol de benefícios e interesses próprios de um grupo controlador sob outro com desigual disparidade social. “O poder social e a dominância são organizados para permitir um controle mais afetivo para possibilitar formas rotineiras de reprodução de poder”. (VAN DIJK, op. cit., p. 88).

Encontrar o grau de dominância, em maior ou menor resistência sob determinado grupo social, é relativo porque nele é propício também o contrapoder por parte dos grupos dominados em processo da (des)legitimação. O poder e a dominância são exercidos a partir de padrões pré-estabelecidos pelos detentores do poder (detentores esses, ratificando, compostos por classes segregadas elitizantes), para serem transferidos para outros grupos.

A partir das discussões levantadas no decorrer desta pesquisa, observamos como atos de fala e escrita são controlados e manipulados processualmente, muitas vezes, ocasionando abuso em classes menos beneficiadas, pois o grupo detentor do discurso manipulador restringe quem tem acesso aos poderes persuasivos.

Embora o alcance do acesso em termos de tamanho da audiência de um discurso seja um critério importante de poder, o controle é muito mais efetivo se as mentes da audiência puderem ser também acessadas com sucesso. Quando os falantes são capazes de influenciar os modelos mentais, o conhecimento das atitudes e, em última instância, até mesmo as ideologias dos receptores, falantes podem controlar as ações futuras desses receptores. (VAN DIJK, 2015, p. 93).

O poder do discurso pode ser estabelecido/analísado através de diferentes tipos de discursos, como, por exemplo, em tribunais, diálogos racistas, diálogo informal, na política, e principalmente, no diálogo social. Entretanto, alguns possuem acesso a alguns tipos de poderes do discurso mesmo que seja de forma indireta. Em contraponto, os poderes restritos são de acesso exclusivo para grupos elitizados. Assim, o poder se concentra em um tipo de campo limitado, do qual os ECD pretendem ter acesso à fala e conversação para possíveis estudos, como forma de desmistificar o sentido hegemônico. Seguindo estudos de van Dijk (2015), uma classe minoritária tem pouco ou nenhum acesso aos contextos comunicativos, como, por exemplo, discursos governamentais, legislativos, burocráticos e discursos de

empresas. Nesse sentido, enquanto a sociedade prioriza grupos detentores dos poderes, podemos refletir sobre a distribuição desigual de poder na sociedade.

## 2.1 ANÁLISE DISCURSIVA NOS MEIOS MIDIÁTICOS JORNALÍSTICOS

O poder é exercido por meio do discurso, em forma de interação social, transmitido por meios de comunicação em massa. “Os tipos persuasivos de discurso, tais como os anúncios publicitários e as propagandas, também pretendem influenciar as ações futuras dos receptores”. (VAN DIJK, 2015, p. 52). Como as mídias jornalísticas se configuram em grupos sociais com acesso exclusivo a um meio de produção discursiva, a análise da produção discursiva desses veículos de circulação importa, visto que são formadores de opinião.

Entendemos que sua característica básica é ser um domínio articulador dos discursos dos demais domínios e grupos sociais. Sendo que, ao articular esses discursos, o jornalismo os re-elabora e constrói o seu próprio discurso, operando fortemente na construção das ‘versões de mundo’.[...] O fato de o jornalismo ser um domínio que critica a todos os outros, mas não se deixa criticar, já que controla os discursos que circulam nos veículos de comunicação, coloca-o em situação privilegiada em relação às demais instituições, mesmo as que fazem parte do poder. (FALCONE, 2008, p.16-17).

A estrutura, por vezes articulada de empresas e pontos comerciais, assim como os meios de redações jornalísticas, é propícia para o interesse de transferir o poder discursivo. Entendemos que a característica básica do jornalismo, de acordo com Falcone (2008), é ser um domínio articulador dos discursos aos demais domínios e grupos sociais, entretanto, distintos grupos da elite agem no processo de (des)legitimação das lutas e reivindicações desses movimentos. Dessa relação, talvez seja possível explicar por que o discurso desses grupos é preferencialmente legitimado pelo Jornalismo, enquanto os grupos dos docentes estão em constante luta pela legitimação do uso articulado do discurso.

Em se tratando de mídia, na ordem do discurso publicitário, é explícita a forte influência midiática na cultura contemporânea. As dimensões midiáticas da publicidade pressupõem que o discurso publicitário mobiliza a cognição para fazer o outro saber. Neste sentido, a publicidade instaura um jogo de vozes que se ecoam e se sobrepõem em um contínuo movimento de aceitação. Os noticiários, sejam eles impressos, virtuais ou orais, detêm o poder e a persuasão do cognitivo social, a partir do público, controlam e mediam o e pensamento do sujeito. Com isso, conseguem evitar críticas contrárias a eles mesmos.

Embora existam muitas definições para *poder*, *poder social* é o controle de um grupo sobre outro determinado grupo e seus membros, partindo do princípio dos atos e das mentes

pertencentes ao sujeito composicional a determinados grupos. Uma das principais condições para o poder social é por meio do discurso e sua própria produção, tendo como o meio de (re)produção os diferentes gêneros discursivos.

A hegemonia, conforme entendida pela teoria da ACD, constitui um foco de luta sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas (MAGALHÃES, 2001 apud JÚNIOR; PEDROSA, 2011, p. 3).

Apesar de haver esse(s) tipo(s) de poder(s) sobre determinada sociedade, Fairclough (2001) nos proporciona a ideia de hegemonia, tida como a liderança nos domínios econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Implicitamente, os políticos agem com aspecto hegemônico para com as mídias, como forma de manipular os leitores. Assim, um poder é exercido sobre outro detentor de poder, sendo esse o midiático, em que é direcionado para o público-alvo, que passa a agir em construção de pensamento/ideologias sobre determinados fatos abordados.

Muitos sujeitos não conseguem identificar a manipulação exercida nos itens lexicais planejados para exposição dos fatos. Todavia, o símbolo político ainda exerce forte poder sobre os sujeitos, como sobre meios que transferem os discursos, que passam a mediar o tipo de arguição a ser usada na hora de transferir o discurso estereotipado.

Estes discursos, por vezes, perpassam em forma de ódio, de fatos estereotipados pelo não posicionamento do professor perante o meio social. No caso da nossa pesquisa acerca do movimento grevista dos professores, detectamos forte influência de controle do meio político e policial, havendo desgaste de legitimação para o movimento em prol do impedimento da aprovação do Projeto 252, além de haver omissão dos fatos ocorridos no estado que ocasionaram a deliberação da greve, passando a prejudicar uma dada categoria e um coletivo representado por um grupo social.

## 2 PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

### 3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa, segundo Fonseca (2002), possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. A pesquisa, neste sentido, torna-se resultado de um problema exposto anteriormente, que recorre a procedimentos científicos.

A presente pesquisa desenvolvida é do tipo qualitativa, de caráter documental e natureza heurística. A pesquisa qualitativa “tem relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. (MORESI, 2003, p. 8). Preocupa-se em mostrar os fatos analisados, trabalhando com o universo de significados, utilizando-se de métodos e estratégias para exibir o porquê das indagações, atentando-se para os aspectos reais que não podem ser quantificados.

Assim, nossa pesquisa é qualitativa porque se preocupa em mostrar como se processa o discurso da mídia sobre determinadas classes sociais, no nosso caso em específico, o meio docente no movimento grevista dos professores do estado do Paraná. De maneira complementar, a natureza heurística tem por objetivo a descoberta e análise dos fatos. Essa natureza heurística é adotada devido à complexidade do fenômeno investigativo da (des)legitimação e seus aspectos voltados para as diferentes ações discursivas, concentradas entre estrutura social e estrutura discursiva.

O caráter documental da pesquisa tem o intuito de recorrer a variados tipos de fontes, abrange dados de registro, como, por exemplo, acontecimentos e observância a normas legais.

A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. Nesse tipo de coleta de dados, os documentos são tipificados em dois grupos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.69).

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Nosso estudo se preocupou nas buscas das análises de dados, principalmente pelo fato de estar vinculado ao meio social e de fácil acesso ao público leitor, como também a classe que era criticada. Os dados são de caráter documental pelo fato de serem dois artigos da Revista Veja, relacionados a uma notícia da Gazeta do Povo e uma imagem do Blog do

Esmael Morais, todos estes disponíveis publicamente em domínios online de internet; bem como pela autenticidade de publicação midiática e por nossas comparações com os aportes teóricos a partir dos estudos desenvolvidos em ACD.

O estudo desenvolvido segue percurso teórico metodológico embasado em van Dijk (2012; 2015) e Falcone (2008), que defendem o processo de legitimação a partir dos estudos críticos discursivos nos movimentos sociais e em grupos estereotipados pelos membros dominantes da sociedade. O intuito da pesquisa se embasa na investigação e constituição do fenômeno do poder midiático frente aos movimentos grevistas dos professores do estado do Paraná. A busca específica neste movimento no ano de 2015 constitui-se pela repercussão midiática do brutal acontecimento nomeado como um dos mais violentos nos últimos anos, o maior retrocesso na história da educação básica brasileira, além, é claro, da análise crítica pelo processo estereotipado dos fatos, assim como da classe pertencente ao movimento.

A escolha da coleta de dados tem por objetivo observar as diferentes ações discursivas tanto da classe dos docentes como da ordem midiática, também pelo reconhecimento mundial que a revista possui e pela não neutralidade dos fatos reportados. Os exemplares da Revista Veja possuem seções fixas, como, por exemplo, política, música, entretenimento, mundo, literatura e educação; apresentam também uma seção destinada para os blogs de autores fixos distintos. O enfoque é o destaque para o tipo de discurso formulado, imposto sobre as publicações da revista. Em particular, detemo-nos no artigo publicado na edição do dia 09 de junho de 2015, no blog do jornalista Reinaldo Azevedo, que destaca assuntos como: greve de professores, política, governo, PT, imprensa e cultura.

A análise discursiva acontece através dos artigos *Chega ao fim a absurda e violenta greve dos professores no Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses! e Professores, acordem!*. O título atribuído faz perceber o sentido abusivo, com caráter indutivo para muitos sujeitos, tendo como característica a influência sobre a cognição do sujeito. O caráter reflexivo-analítico se envolve em estudos críticos que abdicuem dos preconceitos e questionem ideias cristalizadas e estereotipadas, desprezando explicações simplistas e lineares.

No decorrer da pesquisa, os discursos hegemônicos, caracterizados pela preponderância de uma classe sobre outra (neste particular, os professores) constituem nossos dados de análise. Estes dados são gerados através dos objetos empíricos, quais sejam os dois artigos supracitados juntamente com outros objetos que tratam do movimento grevista em investigação.



Existem contrapontos com vídeos expostos no dia do *massacre do Paraná, 29 de abril de 2015*, publicados no *YouTube*<sup>1</sup>, como também cartas em resposta ao artigo do *blogueiro* Reinaldo Azevedo, em forma de legitimação da classe docente no processo da educação básica brasileira. Há uso de gêneros de apoio às análises crítico-discursivas, como reportagens publicadas no site *GI* e *Folha de São Paulo* e outros artigos de opinião da Revista *Veja*. De todas estas ações textual-discursivas, a especificação dos dados para a análise se deu pelo valor distinto que os dois referidos artigos proporcionam na análise crítica discursiva de comparações com outros discursos relacionados ao mesmo conteúdo reportado. Esses artigos evidenciam o poder manipulador, que se propaga como neutro nos discursos midiáticos.

Analizamos o discurso midiático por possuir rápida proporção dos fatos para o meio social, de forma a mexer com o cognitivo do sujeito leitor. Este processo midiático sofre poderes hegemônicos por classes diversas, como a política e a ordem social, com o intuito de conquistar o maior número de seguidores, com apelos e discursos sensacionalistas, de forma implícita, quanto ao que é noticiado.

### 3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

*Movimentos sociais* são organizações que agem pacificamente contra o abuso e poder, com envolvimento solidário por pessoas que estão dispostas a compartilhar, vivenciar e lutar por conquistas, em busca dos mesmos objetivos em nome da coletividade. Elas têm o intuito de agir em prol de uma causa, seja política, educacional, racial, por exemplo. Lutam independentemente da durabilidade do tempo para vencerem tais conquistas, como uma forma de reivindicar os direitos da classe social e, se necessário, fazer novos movimentos, com intuito de serem ouvidos, seja pela mídia ou pela sociedade; evitando assim ocultamento de problemas sociais. Funcionam em larga escala, angariam para promover a resistência tanto do ato como do fato reportado e (des)legitimado de forma sensacionalista.

Em essência, há diferença entre os movimentos sociais e os comportamentos coletivos, ou grupos. Apesar de serem formas de ações coletivas, eles são de naturezas distintas: os comportamentos coletivos resultam de interações. Não são a soma de várias ações individuais, mas sim o produto de interações, percepções mútuas e expectativas chamadas 'interações estratégicas'; já os movimentos sociais surgem como uma reação para a mudança ou para uma política que negativamente afeta os interesses e a forma de vida de muitas pessoas. (PORTA; DIANI, 1999 apud FALCONE, 2008, p.18).

---

<sup>1</sup> O site permite que os usuários coloquem seus próprios vídeos na rede, a serem visualizados por qualquer pessoa.

Com a defesa de Falcone (2008) de que os movimentos sociais reagem para mudar algo coletivamente afetado, podemos caracterizar o ato dos professores grevistas do estado do Paraná como movimento social. Esse ato não é apenas um comportamento coletivo, que abrangeria um número bem menor em relação ao social, mas apresenta reivindicações, em determinado momento, que são causas de uma coletividade nacional de professores, em busca de melhorias no sistema educacional do país. A título de ilustração, quando uma comunidade deseja melhoria em infraestrutura e se reúne em prol desta causa, o grupo se desintegra ao ser sanado o problema; já o movimento social sabe que o problema afeta o meio coletivo o qual faz parte, em larga proporção, por isso a importância de evitar a dispersão do grupo social.

O movimento social analisado é caracterizado a partir das ideias de definições seguidas por Falcone (2008), que se dão através de manipulação exercida pelos meios jornalísticos, em que era nomeado como: *Movimento de determinados grupos*. As classes dos professores se reúnem para serem ouvidas, em busca de melhorias, seja salarial, estrutural, ou até mesmo de reconhecimento social. Eles vão às manifestações armados e preparados de discursos, de vozes cansadas de serem abafadas, de trabalhos mal remunerados, de condições precárias para exercerem suas tarefas, por tentarem lhes tirar o que de fato é de direito. A trajetória do movimento social da classe dos professores vive em constante luta pela legitimação de seus discursos.

Determinadas classes aderem a greves por motivos óbvios, e os deixam claro para a população. Todavia, o poder manipulador de como a mídia transmite tal informação, para o sujeito operante do meio, causa inversões de verdades. De acordo com Falcone (2008), analisar discursos é desfazer o real e propor um mundo constituído por realidades distintas e inverídicas, sendo essas realidades socialmente construídas e historicamente estabelecidas após longos anos de legitimação. Este tipo de análise é uma forma de trazer para o campo do *social* o que tende a ser *naturalizado*. Mostrar que verdades são crenças, construídas em relações de forças, e, assim, quebrar o máximo de poderes. Com essa consciência, fazemos desta investigação um ato de solidariedade com os que são sistematicamente excluídos do processo de construção social.

Consideramos a proporção virtual que o discurso midiático possui de não poder apagar o que é passado, em razão de as mídias trabalharem os textos construídos no campo comunicacional, articulado para chamar a atenção dos interesses dos leitores, ao espaço social em que se encontra. A base de sustentação de persuasão pelas mídias no sujeito ideológico se dá por dois tipos de lei:

A primeira (proximidade psicoafetiva) instaura uma nova pertinência, criando, na verdade, dois níveis de interesse: o interesse cognitivo (conhecer o novo sobre a base do antigo); o interesse afetivo (priorizar, seleção do novo, o que mais toca a paixão do leitor e é capaz de criar, ainda, uma tensão sobre o antigo). Levar em conta essa especulação sobre os níveis complexos do interesse do leitor consiste em categorizar seus interesses por antecipação, inclusive, suas tendências axiológicas. De outro lado, a *lei de proximidade específica* leva em conta igualmente as paixões do leitor, mas, desta vez, são consideradas como específicas de grupos mais particulares, elaborando os projetos de planificação dos gêneros sobre a faculdade do gosto e de julgamento de comunidades consumidoras de formas genéricas de informação. (EMEDIATO, 2006 apud RAMINHO, 2014).

Segundo (Emediato, 2006 apud RAMINHO, 2014), o ato de recontar uma história ou fato requer um viés muito mais do que profissional. Desse modo, o ato de evitar subjetividade no momento da escrita sobre os fatos a serem lançados para o meio é passível de discurso neutralizado. Nas ideias de van Dijk (2015), a manipulação discursiva é controlar os tipos de representações sociais que são compartilhadas por grupos de pessoas, tendo em vista que passam a controlar o que as pessoas fazem ou pretendem fazer. No sentido da elaboração do discurso, os redatores têm a escolha do controle a ser explicitado.

Nos movimentos grevistas expostos pelas mídias jornalísticas, comprova-se a manipulação citada. Os grevistas fazem movimentações asseguradas pela lei, ou pelo menos teria que ser, interrompem seus trabalhos com intuito de terem voz e vez na sociedade, porém os leitores não têm acesso a reportagens/notícias que retratem deste modo. As inversões de verdades com carácter hegemônico é predominante pelas mídias que transmitem tais fatos.

Vivem em constante processo para silenciar os que ainda têm coragem de irem às ruas, de lutarem por condições melhores de trabalho e os que, de modo indireto, apoiam a causa trabalhista. Há truculência por parte dos que desejam ocultar a classe trabalhadora. Quando não é usada a violência explícita, como foi no estado do Paraná, usam a simbólica, através de atos burocráticos, proibitivos para silenciar os manifestantes, judicializando a greve e determinando que paguem multa caso infringam alguma ordem social e política.

Em relação específica à greve dos professores paranaenses, levantamos algumas indagações a respeito de reportagens da Revista Veja: Por que a mídia divulga que a classe docente reivindica sempre aumento salarial quando adere ao movimento? Por que os maiores prejudicados sempre são os alunos? E o corpo docente nunca aceita a proposta de encerramento na primeira reunião de negociação? São várias perguntas levantadas em prol da mesma causa, entretanto as respostas não são de acordo com que o poder midiático nos transfere.

A classe docente precisa reivindicar seus direitos por algum modo, que chame a atenção da comunidade em geral. Uma vez não atendidos os apelos da classe docente, eles veem a necessidade de divulgá-los socialmente, em nome do coletivo pela categoria. Os entraves levantados para adesão do movimento grevista não se dá apenas pelo aumento salarial, existem cortes feitos pelos poderes públicos que passam a refletir em uma nação inteira. São lutas, em forma de discurso, para conquistarem direitos trabalhistas, que, por vezes, lhes são tirados silenciosamente; por isso a necessidade de divulgar as elencações nos movimentos sociais, nos meios midiáticos de rápida propagação.

Diante dessas considerações contextuais, selecionamos fragmentos textuais para analisarmos no capítulo de análise, da maneira como expomos um deles a seguir:

**Exemplo 1:**

**O respeito da sociedade não virá quando vocês tiverem um contra cheque mais gordo. Virá com a educação de qualidade para nossos filhos<sup>2</sup>**

[...]

Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, as lideranças de vocês vêm construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados.

[...]

(VEJA, 2014 - ANEXO B)<sup>3</sup>

No trecho da reportagem da Revista Veja, que apresentamos como o *Exemplo 1*, de uma série de outros exemplos elencados no próximo capítulo, os aspectos lexicais escritos no **lide** do artigo, de *Gustavo Ioschpe, da revista Veja*, está em harmonia com o processo do não silenciamento à classe docente. Nele, o respeito da sociedade não vem com o contracheque do professor, mas com a educação doméstica. Isto ocorre pela argumentação de que a aprendizagem é uma constante troca mútua, em que a sociedade aprende o respeito em casa e os professores, em sala de aula, ensinam seus conhecimentos. A educação social é tarefa dos pais, cabendo ao professor à educação formal. Infelizmente, pais atribuem hoje ao Estado e aos professores a responsabilidade pela educação de seus filhos, mas eles se esquecem de que a educação se inicia no lar e que a obtenção do sucesso é um contínuo processo que começa nos primeiros meses de vida da criança e vai até a idade madura. A sociedade deve interagir de forma coletiva, não se devem terceirizar as responsabilidades de educar para escola, para

<sup>2</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/professores-acordem/>. Acesso em: 15 de Novembro de 2016.

<sup>3</sup> Na Revista Veja, o artigo não apresenta a autoria particular explícita; vem com a responsabilidade de ter sido produzido pela Redação da Revista. Contudo, a partir de buscas específicas *online*, identificamos que seu autor é Gustavo Ioschpe, articulista da revista em análise e atuante na área de produção de conteúdos. A autoria está disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/professores-acordem/>.

os profissionais da educação. O diálogo entre o corpo docente e os discentes é significado com a educação doméstica.

No discurso midiático, conforme o *Exemplo 1*, os professores vendem uma imagem de “*coitadinhos, estropiados e maltratados*”. Ridicularizam a classe docente, ao invés de denunciarem o vencimento financeiro incompatível com seu nível de escolaridade e com sua carga exaustiva de trabalho. O docente é uma das classes que trabalham em mais de um lugar para poder cobrir seus orçamentos, que trabalham fora do horário de expediente, para planejar, estudar, corrigir e articular o método de ensino para aplicar aulas em diferentes turmas.

O colunista da seção destinada à educação, *Gustavo Ioschpe*, critica a classe, quando poderia usar seu espaço para legitimar a importância social dela, mal sabe o quanto requer atividades pedagógicas, como planejar. O planejamento deve ser feito de acordo com a realidade de cada turma, com necessidades educacionais individuais em prol de uma coletividade, a fim de alcançar à meta de resultados melhores. Críticas como estas não apenas desmerecem uma classe, como toda uma sociedade constituída nos alicerces da educação básica brasileira. Desse contexto de investigação discursiva, depreendemos categorias de análise, apresentadas a seguir.

### 3.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os professores param suas atividades escolares em um sistema político-social controlado. Os poderes públicos se omitem para educação brasileira, permitindo que prejudiquem direta ou indiretamente a categoria que luta em movimentos sociais, com o intuito de legitimar seus direitos. Os docentes querem voz e respeito sociais, seja na comunidade escolar ou nos poderes públicos.

O problema no meio educacional decorre de um sistema assimétrico de poderes. Por exemplo, o setor político, governamental, controla classes inferiores, como a dos docentes, que têm que se adequar a cada realidade escolar, trabalhando tanto em escolas projetadas com equipamentos tecnológicos, quanto em outras que sequer dispõem de salas de aula com quantidade suficiente de carteiras escolares, com birô e quadro de escrever ou, pior, que não dispõem de, ou possuem de modo limitado, refeições, fardamentos ou livros didáticos para alunos.

Essas situações plurais excludentes interferem na qualidade do trabalho docente. Por vezes, professores são silenciados na tentativa de luta e legitimação da fala, ao tentarem lhes

tirar o quê têm de direito adquirido, como boas condições de trabalho, respeito mútuo e o direito à greve para lutar por melhorias trabalhistas. Na contramão de direitos como estes, professores ainda perdem na retirada do que já têm, como é o caso da aprovação do Projeto 252, que tratava da revisão do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Segundo Audi et al. (2015), a *Paraná Previdência* é responsável pelo custeio das aposentadorias dos servidores, através da contribuição dos servidores ativos que ajuda a pagar grande parte dos aposentados. A classe docente reivindicava o impedimento deste projeto, visto que sua promessa de novos aportes financeiros a partir de 2021 não trazia a confiabilidade de haver dinheiro para isso, bem como o fundo de reserva previdenciário estava sendo colocado para suprir outra necessidade do governo do Estado, podendo este não chegar a garantir a aposentadoria dos professores ativos no mercado. Antonelli (2015), afirmava que os cofres públicos do governo estadual estavam com déficit de R\$ 2,3 bilhões. Mas a *Paraná Previdência* tinha intuito de cobrir despesas pessoais, assim como empréstimo governamental.

O objetivo do Projeto era desafogar emergencialmente o caixa do Estado, utilizando recursos da Paraná Previdência. O governo afirmava que a medida seria necessária para coibir a falta de dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas em até quase três décadas. Já os servidores estaduais afirmavam que o projeto não impediria o déficit de R\$ 12 bilhões nos dez anos seguintes. No entanto, mesmo com os embates destoantes, o projeto foi aprovado, em 2015, com duas emendas e um total de 31 votos.

Exemplos assim demonstram como a falta de respeito ao papel social do professor é nociva à qualidade da educação brasileira, por extensão, ao próprio desenvolvimento do nosso país. Sujeitos habituados à crença de educação vertical e assimétrica – em que professores e alunos se aprisionam a uma carga conteudística imposta e tentam, ou fingem tentar, dominá-la mesmo em situações adversas de falta de segurança social e simbólica – podem duvidar da possibilidade de transformar a sociedade através da produção de conhecimento em sala de aula.

Ao concordarmos com posicionamentos educacionais sociointeracionistas, como de Antunes (2003; 2009; 2014), Marcuschi (2008) e Oliveira (2010), sabemos que as ações de ensino-aprendizagem acontecem em práticas inter-relacionadas. Estas vão além de práticas inatistas, em que professores auxiliam alunos a acessar informações já (in)disponíveis em seu aparato cerebral. Vão além de práticas behavioristas, em que professores detêm saber e alunos são sujeitos passivos a absorver conteúdos, através de atividades de estímulo-resposta e

reforço-punição. Ensinar e aprender são um processo de interação pedagógico-social, entre o aluno comprometido a ser coautor e o professor a ser facilitador desse processo, propiciando o ambiente e os meios necessários para que alunos construam conhecimento. Nesta perspectiva, cabe ao professor lutar e questionar, sim, o sistema educacional em que atua, para que este seja eficiente ao ofertar e assegurar ambientes onde a aprendizagem possa ocorrer.

Ao investigarmos a luta de professores em movimentos grevistas, no levantamento de dados que fazemos, observamos os tipos de controles exercidos de um grupo manipulador sobre outro em processo de legitimação dos fatos. Encontramos como categorias de análise elementos que despertem o cognitivo discursivo do sujeito na sociedade contemporânea, quais sejam: *Controle de poder* e *Processo de (des)legitimação*. Com van Dijk (2012), entendemos que muitas são as formas de poder na sociedade contemporânea: tanto o discurso segue a lógica da reprodução ao ir de encontro às ideologias dos outros sujeitos, quanto o controle do discurso público é controlado na mente do público, logo, não há necessidade de coerção se se pode persuadir e manipular determinado grupo. Assim, através da ACD, é analisado o movimento grevista dos professores do estado do Paraná, em que há o conflito para legitimar o movimento social, como também os critérios enumerativos que ocasionaram o ato.

Na primeira categoria de análise, *Controle do poder*, tem-se os estudos críticos interessados na análise crítica do abuso do poder, seja ele pelos políticos ou pelos grupos detentores deste tipo de ação sobre determinado grupo em menor disparidade de poder. Esperamos que os meios jornalísticos nos deixem informados dos principais acontecimentos do mundo, no entanto, por vezes, eles acabam transformando os noticiários carregados de preceitos subjetivos, estereotipados sobre os mais variados gêneros, em detrimento de uma ordem superior, definida a expor a notícia para o meio social.

De acordo com van Dijk (2012), o poder é expresso por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros. Esse tipo de controle passa a ser analisado pela forma reprodutora do discurso, articulação, distribuição e influência. Assim, as empresas de comunicação controlam a produção do discurso, como é o caso dos jornais que transferem o poder, tendo sido imposto ou não por outro grupo, seja por meio de investimentos ou poder hegemônico.

Para ilustramos como é desenvolvida a análise da primeira categoria, tomemos como exemplo o trecho abaixo, retirado da Revista Veja:

***Exemplo 2:***

*Chegou ao fim, depois de 44 dias, uma das greves mais absurdas de que se teve notícia nos últimos tempos: a de parte dos professores do Paraná. Não só absurda: também abusiva, violenta e politicamente orientada.*

*FONTE: (VEJA, 2015- ANEXO A)*

O *Exemplo 2* ilustra o poder estereotipado de fatos, ao mostrar como o abuso de poder pode ser transmitido nos embates sobre o movimento grevista dos professores do estado do Paraná. Esse tipo de poder é articulado sobre determinado grupo em dominação exercida por elites simbólicas.

Na segunda categoria de análise, *Processo de (des)legitimação*, uma construção discursiva envolve diferentes práticas sociais, segundo entendemos com Falcone (2008). Como discursos elaborados podem oprimir outros tipos de discursos em desigual disparidade, a (des)legitimação é resultante de um processo sociocognitivo nos quais grupos e sujeitos são categorizados de forma (i)legítima com efeitos estereotipados. Com estas considerações, a fim de exemplificarmos como analisamos esta categoria, destacamos um trecho publicado pela Revista Veja, em que o colunista evidencia grupos detentores do poder:

***Exemplo 3:***

*O confronto entre manifestantes e polícia foi feio. Houve dezenas de feridos — incluindo policiais.*

*(VEJA, 2015 - ANEXO A)*

Em análise crítica, é possível identificar o modelo de elaboração pelas escolhas dos itens lexicais. No *Exemplo 3*, a palavra *feridos* recebe destaque ao ser quantificada em dezenas, ao receber marca de plural, bem como ao incluir os policiais como vítimas do movimento grevista docente.

Ademais, em ACD, questionamos a possibilidade de omissão de verdades sobre os reais fatos. Neste *Exemplo 3*, a escolha lexical da classe dos policiais está em maior disparidade em relação força de poder do movimento grevista. Entendemos com van Dijk (2015), que a finalidade geral da manipulação discursiva é controlar as representações sociais compartilhadas por grupos de pessoas, ao manobrar as informações em maior proporção para noticiar e persuadir o subjetivo do sujeito.

Com estas categorias, analisamos os aspectos textual-discursivos, imbricados na sociocognição, dos dois artigos da Veja que tomamos como objetos empíricos de análise e os relacionamos a: um artigo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CUT), uma notícia da Gazeta do Povo e uma imagem do Blog Esmael Morais, isto é, de gêneros diferenciados a partir do mesmo assunto reportado: o movimento grevista dos professores do Paraná.



## 4 PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DOS DOCENTES NO MEIO SOCIAL

Os discursos analisados sobre o movimento social grevista dos professores do estado do Paraná são embasados nos ECD, através de van Dijk (2012; 2015) e Falcone (2008). A partir de dados coletados do site da Revista Veja, analisamos o movimento social da classe docente, que repercutiu nacionalmente de forma propícia à deslegitimação do professor na educação básica brasileira. A luta dos professores grevistas foi de encontro ao impedimento da aprovação do Projeto 252, que altera o financiamento e o caixa de fundo da previdência dos servidores públicos do estado do Paraná. O governador Beto Richa visava cobrir o cofre público do estado com o dinheiro da previdência dos servidores, o qual era descontado mensalmente, ao longo dos anos, do salário dos que estavam ativos.

Na análise dos artigos que reportam os fatos ocorridos no estado do Paraná, os motivos pelo movimento grevista dos docentes eram: a reivindicação do pagamento do 13º salário, em atraso pelo governo; o não cumprimento do aumento salarial; a tentativa de alterar o fundo de reserva previdenciária dos professores, pelo Projeto 252, em descontos mensais nos contracheques; a falta de contratação dos professores concursados; entre outros embates.

### 4.1 CONSTRUÇÃO DOS PROFESSORES NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA REVISTA VEJA

A partir de artigos e reportagens publicados em sites reconhecidos e em revistas lidas mundialmente, durante os dois últimos anos, podemos refletir o quão o professor é criticado em massa pelos detentores do poder midiáticos, seja pela iniciativa de greve, seja pela esperança de voz na sociedade, pelo aumento de salário e pela luta em prol do movimento trabalhista.

Ao invés de esses fatos denunciarem e propiciarem melhorias no nosso sistema educacional, são manipulados hegemonicamente no controle de poder discursivo sobre o que é ser professor no Brasil. Meios de comunicação, passam a imagem de professores como *vítimas*, pelas tentativas mal sucedidas destes de denunciar o que acontece em sala de aula. Essa estereotipação da classe é controlada no seguinte trecho:

**Exemplo 4:**

*A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados. E vocês venceram: a população brasileira está do seu lado, comprou essa imagem (nada seduz mais a alma brasileira do que um coitado, afinal).*

(VEJA, 2014 - ANEXO B).

O professor é estereotipado como vítima da sociedade e, a depender do poder político controlador do discurso midiático, também é exposto como vítima do governo. O *Exemplo 4* ilustra como o jornalismo manipula o que quer dizer sobre o professor, em imagem desrespeitosa, quando poderia lhes dar o poder de usar a palavra para mostrar como essa classe ensina em salas de aula plurais.

A classe dos professores raramente tem oportunidade de expor suas ideologias para a mídia em massa, mas, quando decidem assumir e lutar por seus direitos, são oprimidos pelos detentores do poder. Esses profissionais acabam sofrendo opressão pelos governos e poderes midiáticos. Aliás, conquistas de décadas da classe tanto são constantemente questionadas, quanto induzem a movimentos grevistas (como é o caso da conquista prejudicada pelo Projeto 252).

A proporção de circulação de fatos diversos sobre os professores, em mídias de internet, não é uma exceção quanto à repercussão de imagens estereotipadas, como observamos abaixo:

**Exemplo 5:**

*Primeiro: se vocês são vítimas que não têm culpa de nada, também não poderão ser os protagonistas que terão responsabilidade pelo sucesso. Se são objetos do processo quando ele dá errado, não poderão ser sujeitos quando ele começa a dar certo. Se vocês querem ser importantes na vitória, precisam assimilar o seu papel na derrota.*

(VEJA, 2014 - ANEXO B)

No trecho do artigo da Revista Veja, o controle de poder exclui o professor como agente no sistema educacional: “*Não poderão ser os protagonistas que terão responsabilidade pelo sucesso*”. O discurso em análise omite o posicionamento do professor como formador de conhecimentos e, mesmo que não seja sua responsabilidade pedagógica, como formador de cidadão e de sujeitos interacionistas. No entanto, a repercussão dos movimentos grevistas é enfatizada por vários noticiários, culpabilizando os professores pelos prejuízos decorridos do movimento, destacando alunos e outros seguimentos sociais como vítimas.

Os que fazem parte do meio educacional são prejudicados, direta ou indiretamente, assim como os pertencentes ao meio social. Condenar determinada classe sem antes ter conhecimento de suas reivindicações solidifica ainda mais um discurso hegemônico controlador.

A falta de voz do docente se reflete socialmente de diferentes maneiras, a exemplo do ocorrido na Figura 1, em que professores protestam com cartazes escritos:

*Exemplo 6:*

**FIGURA 1: GREVE DOS PROFESSORES**



**FONTE:** VEJA, 2014 - ANEXO B

Esta figura se encontra no artigo da Veja, escrito por Gustavo Ioschpe. O texto se inicia afirmando que a coluna é escrita para leitores que nada tem a ver com o setor educacional. Não obstante, independentemente de seu contexto social, cidadãos têm capacidade para opinar sobre o crescimento educacional de seu país, por viver em sociedade letrada, por um dia ter sido aluno ou, até mesmo, por conhecer alguém que pertença a esta realidade.

Se a população tivesse acesso a informações da classe política sobre o setor educacional, teríamos mais forças para lutarmos com os discursos legitimados em prol de um país melhor, com melhor desenvolvimento educacional. De acordo com van Dijk (2015), o discurso político é explicado e analisado pela interface sociocognitiva, que tende a relacionar as representações políticas através do controle das ações no sistema político.

A imagem representada pela classe docente esclarece a súplica em forma de linguagem escrita no cartaz, da figura exposta. A população educacional é esquecida em discursos hegemônicos, quando lhes tiram conquistas validadas, como, por exemplo: o aumento salarial, como qualquer outra categoria; o fundo previdenciário adquirido durante anos; e a liberdade de expressão para unir a categoria em movimento social.

Na luta de classes, o maior desafio do professor é ter agência de intervir na educação pelo seu papel social. Não é o contexto em si que se relaciona ao discurso, mas os modelos que os participantes elaboram do contexto interacional e comunicativo. Os discursos impostos pelas mídias, por sua vez, são interpretados por receptores como propriedade do modelo de contexto do falante. Isso é ilustrado quando um dos cartazes, da Figura 1, suplica respeito, mas essa súplica é silenciada em discurso controlado por violência simbólica.

O artigo da Revista Veja retoma a imagem da figura 1 através do uso de termos depreciativos, que implicam em acusações e críticas destrutivas para com a imagem do professor, em específico da educação básica brasileira: “*Existe muita coisa que vocês precisarão fazer na prática, para melhorar a qualidade de ensino [...]*”. Assim, o artigo controla discursivamente de quem é a culpa pela falha de todo um sistema educacional brasileiro.

De acordo com van Dijk (2015), os modelos de contexto discursivo influenciam os receptores quanto à interpretação do contexto, por outro lado, o discurso se apresenta a interação do falante. Os receptores podem aceitar essas interpretações do contexto discursivo e interpretá-las como controladas, ou podem subverter a ordem dada e repensar, rearticular e discutir a partir de um coletivo.

Na subversão, o sucesso educacional ocorre quando profissionais da educação dialogam e agem com uma sociedade comprometida com a formação de sujeitos reflexivos e qualificados, evitando, assim, indesejáveis embates com a classe docente e com o meio midiático.

Entretanto, nossos dados comprovam a omissão conjunta de pais, meio social e políticos para o possível crescimento educacional. A comprovação ocorre através da teoria cognitiva, pela interface do social e pessoal, das relações entre modelos mentais episódicos e outras representações pessoais. De modo geral, as representações políticas são compartilhadas socialmente em grupos. Passemos a observar algumas das enumerações do movimento grevista na imagem seguinte.

**FIGURA 2:** EDUCADORES EM GREVE DESMENTEM MÍDIA E GOVERNO DO PARANÁ



**FONTE:** BLOG DO ESMAEL MORAIS (2015)

Os educadores fizeram um quadro enumerativo pelas questões abertas dos entraves entre a classe e o governo Beto Richa (PSDB). Conforme apresentamos, através de outros discursos, como da Veja e da Gazeta do Povo, foram muitas razões que motivaram o movimento grevista. Na Figura 2, as questões do movimento grevista explicitam um discurso insatisfeito com o governo estadual do PSDB, entre elas: A rescisão de contrato dos professores temporários sem pagamento, a tentativa de acabar com o direito adquirido durante décadas, a suspensão de liberação de verba de custeio das universidades públicas.

Mais uma vez, o discurso da Veja controla a imagem vendida sobre os professores do Paraná. Sabemos, com van Dijk (2015), que grupos poderosos controlam os diálogos formais a partir de reuniões ou discursos sociais, com o intuito de deslegitimar e descategorizar uma dada classe ou movimento social. Classe esta que, diante de tentativas e de negociações fracassadas, fazem uso de movimentos grevistas para ser ouvida e ter direitos trabalhistas e educacionais assegurados.

Em linhas gerais, a análise dos nossos dados, através dos ECD, demonstra como discursos da Veja sobre os professores perdem a oportunidade de reconhecer o protagonismo docente no sistema educacional, ao controlar um discurso que omite sua importância no desenvolvimento da aprendizagem. .

## 4.2 PROCESSAMENTO DO DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES

Os meios sociais midiáticos têm circulação e poder para construir, e desconstruir, a imagem de um sujeito ou de determinado grupo social. A força propulsora imagética constrói também estereótipos falsos, tanto sobre sujeitos em processo de legitimação, como sobre grupos que lutam por determinado objetivo em nome de uma causa social.

Ao passo que estereótipos são construídos discursivamente, o modo controlado do discurso pode variar e se adaptar a diversas situações sociais, segundo van Dijk (2012). Em ACD, os modelos de contextos manipulam o processo de produção e compreensão, através do controle das informações presentes em estruturas variáveis do texto escrito e falado.

Nestes termos, cabe-nos entender que modelos de contextos é a ligação do discurso ao seu entorno social e comunicativo, para arquitetar os estudos elaborados sobre a seleção lexical, estilo e sobre o questionamento de por que estruturas discursivas específicas são usadas em detrimento de outras, mediante o que é dito e não o que está sendo dito nos seguintes quatro exemplos:

### **Exemplo 7:**

*As televisões — muito especialmente as emissoras locais — fartavam-se em mostrar os policiais em ação (e isso nunca é bonito), mas omitiram a violência a que recorreram os ditos manifestantes.*

(VEJA, 2015 - ANEXO A)

### **Exemplo 8:**

*O caso é especialmente absurdo porque o Paraná paga um dos melhores salários do país para os professores. Aliás, o governo tomou uma providência correta em nome da transparência: publicou na Internet os ganhos de todos eles.*

(VEJA, 2015 - ANEXO A)

### **Exemplo 9:**

*Segundo estimativa do ministério, com a projeção de receitas e despesas da Paranáprevidência, nos próximos sete anos o fundo passará de R\$ 7,3 bilhões em caixa para R\$ 4,2 bilhões. “(...) esse déficit será repassado para as gerações futuras (...). Tudo em frontal desacordo com a determinação do equilíbrio financeiro e atuarial”, previsto pela Constituição, diz o parecer do ministério.*

(GAZETA DO POVO, 2015)

### **Exemplo 10:**

*Vários pontos foram considerados irregulares na nova lei da Paranáprevidência. O principal deles é que a nova lei estadual não atende a critérios de equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previdenciário do estado, que estaria comprometido com o novo plano de custeio.*

(GAZETA DO POVO, 2015).

Em geral, o processo do discurso de movimento grevista sobre os professores passa por produção estratégica. A produção dos modelos articulatórios de elaboração de ideias e estruturas ganha uma forma fixa de estruturas tendenciosas a poderes hegemônicos. Nos exemplos 7 e 8, as palavras passam por modelos articulados sobre o grupo grevista e o contexto em que envolve o enredo ocorrido.

Seguindo as ideias de van Dijk (2015), modelos de contextos controlam como os discursos são passados em diferentes situações. Um mesmo assunto pode ser contado de forma variada por diversas vezes, um diálogo tido com uma pessoa em situação informal difere para com um delegado da polícia civil, já que a maneira de narrar fatos tendem a mudar, assim como mudam quando pessoas a ouvem ou leem tais notícias. O ato de promover diferentes diálogos e discursos é propício a transformar sujeito passivo em sujeito ativo.

Estes dois exemplos fazem uso de modo articulatório discursivo a partir do modelo de contexto, ao controlarem o público desejado pelo que é dito. O estilo irônico de usar léxicos enfatiza o ato de noticiar a imagem dos professores em processo ilegítimo, como reportado pela Revista Veja. Já nos exemplos 9 e 10 trazem um contraponto: há oposição de ideias em relação ao grupo do movimento grevista dos professores do estado do Paraná. Este par de exemplos contribui para alargar as ideias de van Dijk (2012) de que conteúdos reportados mudam o modelo de contexto subsequente.

Para tanto, a partir de textos, como manchetes e notícias, que nos dão acesso a discursos elaborados, podemos encontrar falas negativas sobre grupos minoritários. Estas são consideradas tendenciosas, preconceituosas e incoerentes com os valores gerais de tolerância. Tais discursos precisam ser amenizados, mitigados e até mesmo explicados, de forma que não possam se voltar contra o falante ou o grupo em questão. A seleção de escrita dos títulos e lides segue o critério do conhecimento profissional, havendo exceções para o lado subjetivo. Este é outro ponto relevante para construção da identidade de quem se fala, é de interesse do público leitor, das ideologias do jornal, assim como do repórter, a identidade construída e exposta midiaticamente como forma de persuadir o sujeito cognitivo a partir de sua subjetividade.

Amparados nos ECD, destacamos como se dá a produção de articulação para elaborar o discurso social a ser impostos como forma de persuasão. Os jornalistas, os escritores, de forma geral, criam um estilo e forma de apresentar o discurso a serem permeados. Eles passam a determinar, segundo compreendemos com van Dijk (2015), a influência, a relevância de impacto futuro nos leitores, como também o controle da quantidade e o tipo de informações. Assim, há segregação nos noticiários.

### 4.3 (DES)LEGITIMAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

A legitimação é um tema recorrente em outras disciplinas, como Sociologia, Psicologia, Ciências Sociais e Linguística. O processo da legitimação se preocupa com os movimentos sociais, defende classes em estado menos favorecidas, preocupa-se com as atitudes pensantes do sujeito cognitivo, atrelado ao seu conhecimento prévio adquirido no meio social.

A legitimação é como um ato social (e político), que se concretiza, especificamente, na prática discursiva. Mas também destaca a dimensão sociointerativa da legitimação, pois tais discursos são, em geral, atitudes responsivas a questionamentos sobre a legitimidade de grupos e atores sociais. Daí o caráter dinâmico do processo de legitimação, resultando em uma prática discursiva complexa, contínua, que envolve um conjunto de discursos inter-relacionados (VAN DIJK, 2000c, apud FALCONE, 2008, p.86).

A legitimação se preocupa em conservar os direitos adquiridos pelos movimentos sociais, tendo como representantes ações dos sujeitos que se unem ao processo de afirmação do coletivo, em movimento contrário de outros. Com base nos pensamentos de Falcone (2008), a legitimação é construída discursivamente, a partir de atividades argumentativas, firmadas no âmbito sociocognitivo. A análise crítica do discurso de modo pensante e elaborado procura legitimar seus discursos para garantir atitude reflexiva dos sujeitos cognitivos, evitando assim hegemonia vinda de outros grupos, carregados de poderes discursivos.

O modelo de organização social mais apropriado seria o da *comunidade de comunicação*, onde os participantes de um ‘discurso prático’ testam as pretensões de validade das normas e, conforme as aceite com razões, chegam à convicção que, em dadas circunstâncias, as normas propostas são ‘válidas’ ou ‘inválidas’. Isso é o que o autor chamou de o reconhecimento motivado racionalmente da pretensão da validade de uma norma de ação (HABERMAS, 1999[1973] apud FALCONE, 2008, p. 87).

O discurso legitimador se constitui em parte pelos movimentos sociais, assim como pode estar presente em uma conversa cotidiana, em que o sujeito tem a opção de legitimá-lo ou deslegitimá-lo, com intuito de dar voz ao discurso. Contudo, isso só é possível através de seus conhecimentos prévios de mundo, aspectos sociocognitivos instaurados na memória discursiva/reflexiva. Assim, o discurso, seja ele midiático ou político, apresenta este mesmo aspecto, de modo a sustentar seu discurso manipulador sobre uma classe social, preparada ou



não para tal ato. Nessa conjuntura, governos e instituições veem os seus poderes sendo questionados, colocados em dúvida.

A deslegitimação acontece a partir da tentativa de remoção dos direitos adquiridos pelos os sujeitos que compõe os movimentos sociais, os grupos e o meio interacionista. “A (des)legitimação é formada por atores e grupos sociais como uma atividade resultante de complexas relações sociais, norteadas por modelos cognitivos, sendo o discurso uma importante força propulsora para tal processo”.(FALCONE, 2008, p.78).

Em um movimento, o processo de deslegitimação resulta de atividades sociocognitivas no qual os percussores são categorizados e estereotipados, com objetivos de exclusão, perdendo o poder de assimilar, indagar e questionar qualquer discurso imposto sobre o meio social e coletivo, desintegrando seu poder de legitimação.

Em outro movimento, a legitimação é um processo de leitura da sociedade e do sujeito reflexivo sobre as ações do governo. É um andamento social em determinado momento e contexto histórico. Essas ações se caracterizam como texto e a categorização como deslegitimado, resultado de atividades de modelos cognitivos, com base nas leituras de mundo. Tal processo se dá a partir de ações cognitivas, como refletir, categorizar, inferir valores, opinar e legitimar, resultantes do processo de construção/formação do sujeito no meio social.

A análise do processamento discursivo sobre o movimento grevista docente nos permite compreender que, durante décadas, o professor docente luta pelo processo de legitimar seus atos e fala na sociedade.. Esta análise denuncia discursos midiáticos que tendem a estereotipar imagens docentes com discursos ilegítimos, com o intuito de deslegitimar professores no contexto educacional e social.

Oliveira (2003) alerta que as reformas educacionais das últimas décadas têm repercutido no trabalho do professor ao provocar uma reestruturação no trabalho docente. Nesta lógica, o campo das relações da formação do professor e o campo do trabalho docente no contexto das políticas educacionais remetem à precarização no âmbito da perda de identidade, proletarização, (des)valorização, (des)profissionalização do trabalho do professor, regulação e certificação. Esses aspectos evidenciam as condições que movem a profissão docente atualmente e têm sido objeto de estudo de vários autores, como Sampaio e Marin (2004), Freitas (2003), Lüdke e Boing (2004). Para Esteve (1995, p. 195), tais aspectos envolvidos ao “trabalho docente frente às novas funções exigidas dos professores explica que estas provocam um desajuste, denominando-o de mal-estar docente” (OLIVEIRA, 2003 apud DONATO, 2009, p.6).

Diante do que foi apresentado, nota-se o quão o trabalho docente se faz complexo aos desafios impostos pela sociedade atual, pois envolve ação com sujeitos e, por consequência, influência às diversas esferas da sociedade, como a mídia sensacionalista o

discurso politizado. O referido trabalho é permeado por teorias e atitudes que requerem uma constante reflexão teórico-prática, para não sofrer deslegitimação diante da formação e desafios impostos aos docentes. Frente aos desafios do quadro social, a profissão docente requer uma nova perspectiva de formação do professor. Assim, a concepção de ser professor nos dias atuais envolve uma situação complexa, que vai além de transferir conhecimento em constante entrega mútua, que seja capaz de dar conta aos desafios lançados pelo meio acadêmico e social na atualidade contemporânea.

Podemos perceber que os movimentos sociais dos professores vivem em constante luta pela legitimação de seus valores, quanto ao caráter profissional e estrutural. Os docentes do nosso país sofrem em reflexos do quanto querem legitimar suas atitudes e voz no meio social. As mídias em massa transferem o discurso manipulador em forma de poder hegemônico sobre a classe trabalhadora, com o intuito de silenciá-las, cômoda maneira ocorreu com o movimento grevista dos professores do Paraná. É constate a tentativa de apagamento dos sujeitos formadores de agentes pensantes/interacionistas. A soma dos acontecimentos nos faz repensar o retrocesso educacional em que vivemos, já que a partir dos discursos manipuladores, identificamos o não dito no dito acerca do sistema educacional brasileiro.

Nossa análise aclara a necessidade de indagar o discurso midiático, sobremaneira quando se volta para determinadas classes de pouco prestígio social. Desse modo, o conhecimento dos fatos e das realidades vivenciadas pelos possíveis sujeitos julgados pode evitar conclusões coletivas estereotipadas.

#### 4.4 MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO AS MÍDIAS

A mídia detém poder hegemônico sobre sujeitos, ao controlar discursos como lhes convém. Ao conhecermos motivos que induziram ao movimento grevista em foco, tomemos como análise discursiva o artigo da Revista Veja, publicado em 09 de junho de 2015, por Reinaldo Azevedo.

##### ***Exemplo 11:***

***“Chega ao fim a absurda e violenta greve de professores no Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses!***

*Chegou ao fim, depois de 44 dias, uma das greves mais absurdas de que se teve notícia nos últimos tempos: a de parte dos professores do Paraná. Não só absurda: também abusiva, violenta e politicamente orientada. O detonador do movimento foi a decisão do governo de proceder a alterações técnicas no pagamento de um grupo*

*de professores aposentados, o que não acarretaria prejuízo a ninguém. A pauta propriamente salarial só veio depois”.*

*(VEJA, 2015 - ANEXO A)*

O lide da notícia tem um valor sensacionalista de estereotipização dos professores, agindo sobre efeito persuasivo nos leitores. O uso de poder legítimo e o abuso de poder ilegítimo são destacados como forma de acesso para o meio. Visto que muitos sujeitos cognitivos não demonstram, ou não têm, interesse de questionar os discursos que lhes são impostos pela mídia, o escritor enfatiza os itens lexicais *absurda* e *violenta*, culpabilizando professores pelas ações negativas do movimento grevista. O efeito enfático sobre os professores gera manipulação discursiva exercida pela mídia, enaltecendo o valor semântico da linguagem empregada, assim como as escolhas lexicais aplicadas.

Na escolha dos itens para indagação, *Quem saiu perdendo? Os paraenses!*, a voz questionadora traz valor neutro, de forma a generalizar a população paranaense, incluindo os professores, alunos e pais de alunos. Todavia, quando o artigo foi publicado, em junho, o massacre já havia acontecido, em 29 de abril de 2015. Justamente após o massacre, os professores decidiram cessar a greve, como forma de apaziguar a situação frente ao momento político que todo o estado passava.

No item lexical nomeado por *ninguém*, Azevedo nomeia carregando de sentido o contexto imposto: *O detonador do movimento foi a decisão do governo de proceder a alterações técnicas no pagamento de um grupo de professores aposentados, o que não acarretaria prejuízo a **ninguém***. O Projeto 252, em referência pelo articulista, pode não afetar quem não faz parte da área da educação. No entanto, a classe vê tal projeto como retrocesso na educação brasileira, porque o governador pretendia cobrir o cofre público do Estado com o dinheiro da previdência. Assim, a palavra *ninguém* permite ser significada pelo entendimento de que o grupo professores aposentados não tem importância social, mas permite também a qualquer pessoa poder se colocar na posição empática desse grupo estigmatizado.

Em análise geral, o movimento grevista investigado tanto é considerado ilegal e sem valor representativo em discursos como da Veja e de grupos políticos, quanto o movimento entra em confronto com debates de outros discursos jornalísticos da mesma região. Temos dados, a partir de noticiário da *Gazeta do Povo*, publicado em 11 de maio 2015, que não faz a mesma projeção a respeito da previdência dos professores:

**Exemplo 12:*****Ministério considera irregulares as mudanças na Paranáprevidência***

*Mas nada deve mudar e a legislação estadual segue valendo, pois uma liminar impede sanções ao estado por descumprir a lei previdenciária nacional [...] Na prática, porém, nada deve mudar, e a lei estadual será mantida. Isso porque o estado se ampara em uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), de 2006, que impede a União de aplicar sanções ao Paraná em caso de descumprimento na legislação previdenciária nacional. Vários pontos foram considerados irregulares na nova lei da Paranáprevidência. O principal deles é que a nova lei estadual não atende a critérios de equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previdenciário do estado, que estaria comprometido com o novo plano de custeio. Segundo estimativa do ministério, com a projeção de receitas e despesas da Paranáprevidência, nos próximos sete anos o fundo passará de R\$ 7,3 bilhões em caixa para R\$ 4,2 bilhões. “(...) esse déficit será repassado para as gerações futuras (...). Tudo em frontal desacordo com a determinação do equilíbrio financeiro e atuarial” previsto pela Constituição, diz o parecer do ministério[...]*

*(GAZETA DO POVO, 2015)*

O noticiário Gazeta do Povo é um dos principais jornais do estado do Paraná, com foco local e nacional, político, esportivo e cultural. Os escritores da notícia, no Exemplo 12, trazem contraposições em relação ao artigo de Reinaldo Azevedo. O fato principal é que o Gazeta transmitiu a notícia detalhando as consequências que o Projeto acarretaria à população paranaense, ao contrário do artigo da Veja, que manipulou fatos, deslegitimando o movimento grevista dos professores do Paraná. Como analistas críticos, destacamos quais itens lexicais são usados para construir os detalhes e características para manipulação dos modelos mentais que tendem a ser generalizados.

**Exemplo 13:**

*A greve ganhou repercussão nacional no dia 29 de abril, quando, apelando ao vandalismo, supostos professores — nego-me a crer que fossem, embora, infelizmente, tudo indique que sim — tentaram invadir a Assembleia Legislativa, o que já haviam feito antes. Não estavam armados de canetas. Não estavam armados de livros. Não estavam armados de bom senso. A coisa era mesmo no pau, na pedra e na porrada. A Justiça tinha determinado que a Polícia Militar protegesse o prédio do Legislativo de uma nova invasão.*

*O confronto entre manifestantes e polícia foi feio. Houve dezenas de feridos — incluindo policiais. Era tudo o que queriam alguns trogloditas, para que pudessem, então, posar de vítimas, expondo suas chagas a cinegrafistas e fotógrafos. Fascistoides violentos, que pretendem impedir o funcionamento do Parlamento estadual no muque, na pancada, foram retratados como alvos passivos de uma polícia perversa. Mentira!*

*(VEJA, 2015 - ANEXO A)*

É comum ver a forma como a mídia pretende intimidar ou deslegitimar uma determinada categoria, principalmente pelo fato de esta ser esquecida no processo de legitimação dos direitos. O artigo, no Exemplo 3, não lamenta que massacre contra os professores tenha ocorrido um dia após a data que se comemora o avanço na educação, mas ataca o movimento grevista

De acordo com os estudos em ACD, os discursos públicos conseguem informar, manipular e danificar, as estruturas discursivas produzidas. Estas confirmam, legitimam, produzem ou desafiam as relações de poder dominação e interpretação na sociedade. Os vídeos registrados no dia do massacre presentes no site do *YouTube* contradizem o discurso do *blogueiro* Azevedo, em deixou claro que os policiais estavam prontos para defender o prédio legislativo no dia do confronto. Entretanto, a votação em questão do empasse da greve foi aprovada em meio a ataques manipulados por policiais autorizados pelo domínio político. Não havia ameaça para as tropas em lutar com cidadãos despreparados, visto que não possuíam estrutura com tanque blindado, bomba de efeito moral, gás lacrimogênio, balas de borracha, máscaras para impedir o *spray* de pimenta. Essa estrutura bélica, dos policiais, foi montada para lutar contra os manifestantes que estavam armados de discursos legítimos, de contracheques em branco, de contas vazias, de fotos de sala de aula sem estrutura para exercer a profissão. Professores lutaram por melhorias para a educação, porém foram feridos.

No discurso deste articulista, o uso do léxico *polícia* apresenta sua singularidade e efeito fragilizado frente ao plural de manifestantes – “[...] *O confronto entre manifestantes e polícia foi feio. Houve dezenas de feridos — incluindo policiais. Era tudo o que queriam alguns trogloditas, para que pudessem, então, posar de vítimas, expondo suas chagas a cinegrafistas e fotógrafos [...]*” – com o intuito de legitimar os policiais no confronto, como se houvesse menos policiais em comparação com os manifestantes – “*Houve dezenas de feridos - incluindo policiais*”.

Na cena discursiva, o efeito enfatizador dessa frase destacada inclui os policiais como um dos mais feridos no confronto, Azevedo. O uso articulado das palavras planeja, de forma estereotipada e manipuladora, os efeitos sobre os leitores dos recursos linguísticos discursivos quanto às escolhas lexicais reportadas. Assim, o discurso do artigo é norteado pelo discurso político, que reforça estratégias para deslegitimação da inserção dos fatos ocorridos e registrados pelos manifestantes e pelos cidadãos que defendiam o movimento social grevista.

**Exemplo 14:**

*Hermes Leão, presidente do sindicato, comemora e afirma que a greve foi “amplamente vitoriosa”. E não teme o ridículo: “Foi um orgulho, uma inspiração para o mundo em termos de resistência. E, ao primeiro sinal de descompromisso do governo, entraremos em greve novamente”.*

*Pelo visto, Leão e seu sindicato ganham quando o povo do Paraná perde. Quem recebe por dias que não trabalhou merece outro nome, que não trabalhador ou professor. Nesse caso, a profissão é outra. Noto que o rapaz não dá muita bola para aqueles que foram realmente prejudicados com isso tudo: os alunos — na sua maioria, pobres.*

(VEJA, 2015- ANEXO A)

No Exemplo 14, valores linguísticos discursivos são usados na formação semântica do aspecto deslegitimador dos professores: “[...] Leão afirma que a greve foi amplamente vitoriosa. E não teme o ridículo: Foi um orgulho, uma inspiração para o mundo em termos de resistência”. Mais uma vez, entretanto, Azevedo contradiz o seu discurso frente aos outros meios midiáticos. Ele faz o uso do acesso para englobar o modo das pessoas tomarem iniciativa para refletirem sobre a escrita apresentada no noticiário. Os padrões do acesso discursivo chamam a atenção para a conquista da classe grevista, assim o escritor nos passa que foi uma conquista. Este discurso se difere de outros, como o evidenciado no trecho do artigo escrito por Maria Faria, presente no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CUT):

**Exemplo 15:**

*Um “espetáculo” de horror e crueldade que mostrou a face déspota e truculenta do governador Beto Richa (PSDB) para a mídia brasileira e internacional. Uma ação só vista em sociedades vitimadas por ditaduras ou em processo de guerra civil. Uma ignomínia que mancha de forma contundente a jovem democracia brasileira.<sup>4</sup>*  
(CUT, 2015)

A conquista que Azevedo afirma que “*o espetáculo de horror*” dispensa a nomeação dada por “*vitória*”. Não há vitória com feridos, com registro de servidores públicos que agiram de forma pacífica. O discurso jornalístico faz menção do fato ocorrido ao massacre dos professores no estado do Paraná, alguns fazem de neutralidade o que deveria ser regra para escrita discursiva nos meios midiáticos: a apresentação de fatos ocorridos.

No jogo de palavras a partir dos poderes hegemônicos sobre determinadas classes, a tentativa de deslegitimar ou legitimar em meio ao mundo social se faz por sujeitos sociocognitivos. As mídias estudam as escolhas lexicais e as relações semântico-discursivas para construção de um texto, têm um forte efeito ideológico e opera no processo cognitivo de categorização. Isso é notório entre os que têm poder para controlar o discurso jornalístico, ou os que analisam criticamente discursos, através do senso-comum ou dos estudos embasados nos teóricos providos de conhecimentos de análise discursiva.

Concluimos aqui a análise dos dados respaldada no apelo do processo legitimado quanto à voz dos professores nos movimentos sociais, assim como no cotidiano interacionista. É constante movimento e luta diária para futuras vitórias, impedindo assim o silenciamento de qualquer classe que almeje posicionamento perante os discursos sociais.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cut.org.br/imprimir/standpoint/4dfdad919c3264a731c088b014da387c/>. Acessado em: 23 de março de 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se fez necessário para comprovar a diversidade das maneiras para estudar uma linha de Análise do Discurso com recursos linguísticos usados por sujeitos cognitivos no meio social. Nosso aparato específico na linguística se deu pelos tipos de discursos desenvolvidos para os meios sociais, que se incluem as categorias de: *Controle de poder* e *Processo de (des)legitimação*. Estas constroem detalhadamente modelos lexicais e diferentes recursos linguísticos.

O norte principal para o desenvolvimento deste trabalho foi o uso da natureza heurística, no esforço investigativo de descobrir os discursos jornalísticos, dos dados da pesquisa e seu impacto em grupos com discursos tomados como ilegítimos frente a grupos hegemônicos. Como também, promover um elo entre a prática discursiva específica e a prática social, voltados para o processo de (des)legitimação dos fatos ou sujeitos.

A análise investigou o poder jornalístico discursivo, do qual pudemos comprovar os tipos de mídias diferenciadas que apresentam estruturas e recursos diversificados para o mesmo assunto, o movimento grevista de professores do Paraná. Discursos jornalísticos sobre esse assunto tanto controlam o que é dito, quanto (des)legitimam o movimento, ao manipular e estereotipar sujeitos ou fatos sociais.

Neste sentido, a legitimação ou deslegitimação de determinado grupo a partir de poderes hegemônicos e as lutas entre forças políticas podem ser vistas como parte de uma disputa entre os que usam seu poder social para dominar os menos privilegiados socialmente e aqueles que reivindicam suas visões e representações particulares do mundo. Nesse contexto, a rápida dispersão adquire papel crucial na organização financeira da indústria midiática: os jornais passam a se constituir em grandes empreendimentos comerciais, formadores e manipuladores do pensamento psíquico.

A partir dos dados analisados, foi possível comprovar o poder de manipulação cognitivo-social e apresentar o quanto o discurso midiático pode exercer controle e contato direto com o discurso social. O intuito é agir silenciosamente para ganhar sujeitos que sejam omissos para acreditarem em seus fatos, sem terem a capacidade de identificar o dito no não dito, pois é assim que a mídia jornalística se apropria dos conhecimentos linguísticos e semânticos, com o intuito de mexer com a cognição do sujeito, impedindo-o de refletir sobre possíveis fatos estereotipados.

Assim, obtivemos a comprovação do poder que a mídia exerce de manipular no processo de (des)legitimação no ato grevista dos professores do estado do Paraná, frente a outro grupo legitimado pelos seus atos e fala diante a sociedade. A construção da legitimação está intrinsecamente relacionada ao controle discursivo dos grupos do poder, sendo o jornal uma das instituições que operam mais fortemente nessa construção. Desse modo, foi apresentado o processo do movimento grevista frente à análise de dois artigos publicados na Revista Veja, veículo midiático de grande circulação tanto no Brasil como nos Estado Unidos.

O segmento de mídia jornalística, nesse caso, utiliza-se de todos os recursos de que dispõe não só para (des)legitimar o grupo analisado como também para enriquecer o grupo que impôs poder sob ele em forma de transferir falas elaboradas com sentidos lexicais rebuscados. As mídias podem provocar consequências sociocognitivas sobre a formação do conhecimento nas atitudes e ideologias. Assim mostram em detalhe como os tópicos, manchetes e lides do discurso jornalístico e no discurso político são estruturados para abusar denominar situações. De acordo com as ideias de van Dijk (2015), os títulos resumizam as informações mais importantes de uma notícia e passam a expressar o seu tópico principal, uma análise mais geral dos significados discursivos que estão por vir.

A pesquisa se revelou importante por relacionar discursos jornalísticos e sociais acerca de um fato reportado; por ter embasamentos teóricos para sustentar os tipos de análise para obtenção de seus resultados, através de pesquisadores como van Dijk (2012; 2015) e Falcone (2008). Constatamos que a trajetória do movimento social da classe dos professores vive em constante luta pela legitimação de seus direitos e discursos. Antes de chegarem a este ponto crítico do movimento grevista, deixam claro para a população o motivo para o ato, como foi o caso do estado do Paraná. Ainda assim, tiveram as vozes silenciadas e apagadas por violência explícita e simbólica.

O poder é manipulador e a mídia controla informações para o cognitivo individual, causando, assim, sensacionalismos com inversões de verdade. Dessa maneira, reafirmamos a importância de analisar o processo da (des)legitimação nos estudos discursivos sociais, como processo de identificação da reestruturação no campo mercadológico discursivo, amparados nos ECD.

Diante de toda a monografia desenvolvida, concluímos que se, por um lado, os noticiários fazem uso articulado de palavras e estratégias para contrapor o meio docente com a sociedade, por outro, o sujeito social entende como verdade única os fatos noticiados. Nesse ínterim, docentes tentam se defender do controle discursivo midiático acerca dos fatos reportados sobre os movimentos sociais. Os grupos que detêm poder o elaboram, de forma



articulada, para aplicá-lo ao meio social, sem que o sujeito perceba o quão são insidiosos, além é claro, de haver omissão dos reais fatos. Apoiam-se estrategicamente em discursos neutralizados, carregados de valores vitimados, passando a deslegitimar o grupo em oposição ao debate.

Neste caso, tem-se o discurso sobre os docentes, materializado linguisticamente mediante a não neutralidade discursiva de marginalizar o movimento grevista através do discurso midiático, como também estereotipar a classe docente e os fatos que os compõem. Estas considerações decorrem, portanto, respondem à questão de pesquisa ora apresentada na introdução, de nossa investigação sobre controle de poder no apagamento de voz dos professores, em relação à melhoria do seu trabalho e as tentativas de apoiar a categoria trabalhista em nome da coletividade educacional brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Zygmunt Buman. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ed. 2005.p. 94-105.

CAVALCANTI, Laura J. Nogueira. **Modelos mentais no discurso jornalístico e do facebook a (re)produção de saberes sobre o caso #ocupeestelita**. Recife, 2016.

COSTA, Ivandilson. **ANÁLISE DO DISCURSO NA MÍDIA a reestruturação promocional do texto jornalístico**, 236 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

DONATO, Sueli Pereira. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SER PROFESSOR NO CONTEXTO ATUAL-DESAFIOS, INCERTEZAS E POSSIBILIDADES**. PUCPR, Paraná, V.IX, nº3, p. 6862-6876. 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FALCONE, Karina A. **(Des)legitimação**: Ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social.682 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de pós-graduação em letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Enge. ; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acessado em: 23/10/2016.

JÚNIOR, João B. da Costa; PEDROSA, Cleide E. Faye. **MÍDIA E MANIPULAÇÃO: REVISITANDO EFEITOS IDEOLÓGICOS E MACAS HEGEMÔNICAS DO DISCURSO PUBLICITÁRIO**. UFRN, V.XIV, nº. 4, p.2852-2863. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade. ; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MORESI, Eduardo, **Metodologia da Pesquisa**, Universidade Católica De Brasília – UCB, Pró-Reitoria De Pós-Graduação – PRPG Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação, Brasília, 2003.

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber**: a teoria na prática. São Paulo: Parábola, 2010.

RAMINHO, Edney. G. A Híbridação dos gêneros midiáticos como estratégia de captura leitora. **Educação: Saberes e práticas**. Brasília, v. 3, n.1, p. 29/41, 2014.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Trad.; Adap. e Org. Judith Hoffnagel; Karina Falcone. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e contexto**: Uma abordagem sociocognitiva. Tradutor Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

## REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

ANTONELLI, Diego. Dívidas e restos a pagar chegam a R\$ 2,3 bilhões, **Gazeta do povo**, Curitiba, 11 de maio. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dividas-e-restos-a-pagar-chegam-a-r-23-bilhoes-54gk15rzogsi6zu48ns6ye4m6>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

AUDI, Amanda; GONÇALVES, André; GALINDO, Rógerio; BARAN, Katnan. Ministério considera irregular as mudanças na Parana Previdência, **Gazeta do povo**, Curitiba, 11 de maio. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ministerio-considera-irregulares-as-mudancas-na-paranaprevidencia-060qyijb99nmi0t82qhun7s2m>. Acesso em: 24/10/2016.

AZEVEDO, Reinaldo. Chega ao fim a absurda e violenta greve de professores no Paraná. **Veja**, São Paulo, 09 de junho. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/chega-ao-fim-a-absurda-e-violenta-greve-de-professores-no-parana-quem-saiu-perdendo-os-paranaenses/>. Acesso em 24/10/2016.

CARAZZAI, Estelita Hass. Professores do Paraná encerram greve após 44 dias. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 09 de junho. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1639734-professores-do-parana-encerram-greve-apos-44-dias.shtml>. Acessado em: 16/03/2017.

FARIAS, Maria Aparecida. Violência contra os professores do Paraná chama a atenção para o tratamento dado ao setor da educação no país. **Confederação nacional dos trabalhadores em seguridade social**. São Paulo, 11 de maio. 2015. Disponível em: <http://www.cntsscut.org.br/ponto-de-vista/artigos/440/violencia-contra-os-professores-do-parana-chama-a-atencao-para-o-tratamento-dado-ao-setor-da-educacao-no-pais> > Acessado: 23/03/2017.

IOSCHPE, Gustavo. **Professores, acordem!**. **Veja**, São Paulo, 11 de maio. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/professores-acordem/>. Acessado em: 16/03/2017.

JUSTI, Adriana. **Professores aceitam reajuste e encerram greve após 40 dias**. **G1**, Paraná, 09 de junho. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/06/professores-aceitam-reajuste-e-encerram-greve-apos-mais-de-40-dias.html> > Acessado em: 23/10/2016.


LINO, V. Greve dos professores e funcionários do Estado do Paraná 2015. **Youtube**. 23 de abril. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2E8gu0DxPx0&t=319s> > Acessado em: 18/04/2017.

LOPES, André. A greve dos professores do estado do Paraná – Fevereiro – Março – 2015. **Youtube**. 11 de mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9V-mg975-Q> > Acessado em: 18/04/2017.

MORAIS, Esmael. Educadores em greve desmentem mídia e governador do Paraná. “Richa não atende toda pauta como divulga”, **Blog do Esmael**, Paraná, 05 de março. 2015. Disponível em: <http://www.esmaelmorais.com.br/tag/avaliacao-governo-beto-richa/> > Acessado em 23/10/2016.


TURINO, Celio. Por que lutam os professores do Paraná?. **Portal fórum Brasil vivo**, Paraná, 19 de Maio. 2015. Disponível em: <  
<http://www.revistaforum.com.br/brasilvivo/2015/05/19/por-que-lutam-os-professores-parana/>  
> Acessado em: 23/10/2016.

## ANEXO A



**BLOG**  
**REINALDO AZEVEDO**

Blog do jornalista Reinaldo Azevedo: política, governo, PT, imprensa e cultura



## Chega ao fim a absurda e violenta greve de professores no Paraná. Quem saiu perdendo? Os paranaenses!

Por: Reinaldo Azevedo | 09/06/2015 às 21:31

Chegou ao fim, depois de 44 dias, uma das greves mais absurdas de que se teve notícia nos últimos tempos: a de parte dos professores do Paraná. Não só absurda: também abusiva, violenta e politicamente orientada. O detonador do movimento foi a decisão do governo de proceder a alterações técnicas no pagamento de um grupo de professores aposentados, o que não acarretaria prejuízo a ninguém. A pauta propriamente salarial só veio depois.

ordem do partido no Estado é inviabilizar as medidas de contenção de despesas.

A greve ganhou repercussão nacional no dia 29 de abril, quando, apelando ao vandalismo, supostos professores — nego-me a crer que fossem, embora, infelizmente, tudo indique que sim — tentaram invadir a Assembleia Legislativa, o que já haviam feito antes. Não estavam armados de canetas. Não estavam armados de livros. Não estavam armados de bom senso. A coisa era mesmo no pau, na pedra e na porrada. A Justiça tinha determinado que a Polícia Militar protegesse o prédio do Legislativo de uma nova invasão.

O confronto entre manifestantes e polícia foi feio. Houve dezenas de feridos — incluindo policiais. Era tudo o que queriam alguns trogloditas, para que pudessem, então, posar de vítimas, expondo suas chagas a cinegrafistas e fotógrafos. Fascistoides violentos, que pretendem impedir o funcionamento do Parlamento estadual no muque, na pancada, foram retratados como alvos passivos de uma polícia perversa. Mentira!

A imprensa nacional está em Curitiba por causa da Operação Lava Jato. Muitos veículos viram a chance de provar para o PT que não alimentam preconceito nenhum em relação ao partido. Tentaram transformar o tucano Richa em vilão, como se o governo do Paraná estivesse à beira do colapso. As televisões — muito especialmente as emissoras locais — fartavam-se em mostrar os policiais em ação (e isso nunca é bonito), mas omitiram a violência a que recorreram os ditos manifestantes.

O caso é especialmente absurdo porque o Paraná paga um dos melhores salários do país para os professores. Aliás, o governo tomou uma providência correta em nome da transparência: publicou na Internet os ganhos de todos eles. Se você clicar [aqui](#), poderá ter acesso aos dados.

O sindicato não gostou na iniciativa, claro! Preferia que prosperasse a falácia de que a categoria vive na penúria. Atenção: o piso para 40 horas no Estado para um professor iniciante é de R\$ 3.194,71. Quem recebe abaixo disso não cumpre 40 horas. Ah, sim: dessas 40, 14 são hora-atividade — 35%. Se não for a maior proporção, é uma das maiores.

### Desdobramentos

A governo do Paraná ofereceu 1% de ganho real aos servidores em 2017 e se comprometeu a cobrir a inflação de 2015 e 2016. Os dias parados não serão descontados.

Hermes Leão, presidente do sindicato, comemora e afirma que a greve foi “amplamente vitoriosa”. E não teme o ridículo: “Foi um orgulho, uma inspiração para o mundo em termos de resistência. E, ao primeiro sinal de descompromisso do governo, entraremos em greve novamente”.

Pelo visto, Leão e seu sindicato ganham quando o povo do Paraná perde. Quem recebe por dias que não trabalhou merece outro nome, que não trabalhador ou professor. Nesse caso, a profissão é outra. Noto que o rapaz não dá muita bola para aqueles que foram realmente prejudicados com isso tudo: os alunos — na sua maioria, pobres.

O dinheiro que paga os salários do funcionalismo não pertence ao governo, não pertence ao governador, não pertence a um partido político. É dinheiro do povo. É espantoso que essa gente se sinta à vontade e feliz por, vênia máxima, bater a carteira de pobre.

Os petistas do sindicato do Paraná deveriam ouvir o que já disse seu líder espiritual, Luiz Inácio Lula da Silva: greve com pagamento de salário é o mesmo que férias. Nos tempos em que Lula liderava paralisações no ABC paulista, fazia-se um fundo de greve em vez de avançar no bolso do povo.

A campanha eleitoral no Paraná começou cedo. E a turma não vai parar. O governo que se prepare para dizer quem é quem e para evidenciar as armações políticas. E a imprensa, especialmente a local (com raras exceções), tenha mais compostura.

[Voltar para a home](#)

## ANEXO B

Educação

# Professores, acordem!

O respeito da sociedade não virá quando vocês tiverem um contracheque mais gordo. Virá com a educação de qualidade para nossos filhos

Por **Da Redação**  
© 11 maio 2014, 15h38



Greve de professores - Muitos gostam do modelo cubano, mas esquecem que lá o salário mensal de um professor é de aproximadamente 28 dólares (Rania Rego/Ag. Brasil/VEJA/VEJA)

Normalmente escrevo esta coluna pensando nos leitores que nada têm a ver com o setor educacional. Faço isso, em primeiro lugar, porque creio que a educação brasileira só vai avançar (e com ela o Brasil) quando houver demanda pública por melhorias. E, segundo, porque nos últimos anos tenho chegado à conclusão de que falar com o professor médio brasileiro, na esperança de trazer algum conhecimento que o leve a melhorar seu desempenho, é mais inútil do que o proverbial pente para careca. Não deve haver, nos 510 milhões de quilômetros quadrados deste nosso planeta solitário, um grupo mais obstinado em ignorar a realidade que o dos professores brasileiros. O discurso é sempre o mesmo: o professor é um herói, um sacerdote abnegado da construção de um mundo melhor, mal pago, desvalorizado, abandonado pela sociedade e pelos governantes, que faz o melhor possível com o pouco que recebe. Hoje faço minha última tentativa de falar aos nossos mestres. E, dado o grau de autoengano em que vivem, eu o farei sem firulas.



Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, as lideranças de vocês vêm construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados. E vocês venceram: a população brasileira está do seu lado, comprou essa imagem (nada seduz mais a alma brasileira do que um coitado, afinal). Quando vocês fazem greve – mesmo a mais disparatada e interminável -, os pais de alunos não ficam bravos por pagar impostos a profissionais que deixam seus filhos na mão; pelo contrário, apoiam a causa de vocês. É uma vitória quase inacreditável. Mas prestem atenção: essa é uma vitória de Pirro. Porque nos últimos anos essa imagem de desalento fez com que aumentassem muito os recursos que vão para vocês, sem a exigência de alguma contrapartida da sua parte. Recentemente destinamos os royalties do pré-sal a vocês, e, em breve, quando o Plano Nacional de Educação que transita no Congresso for aprovado, seremos o único país do mundo, exceto Cuba, em que se gastam 10% do PIB em educação (aos filocubanos, saibam que o salário de um professor lá é de aproximadamente 28 dólares por mês. Isso mesmo, 28 dólares. Os 10% cubanos se devem à falta de PIB, não a um volume de investimento significativo).

Quando um custo é pequeno, ninguém se importa muito com o resultado. Quando as coisas vão bem, ninguém fica muito preocupado em cortar despesas. E, quando a área é de pouca importância, a pressão pelo desempenho é pequena. No passado recente, tudo isso era verdade sobre a educação brasileira. Éramos um país agrícola em um mundo industrial; a qualificação de nossa gente não era um elemento indispensável e o país crescia bem. Mas isso mudou. O tempo das vacas gordas já era, e a educação passou a ser prioridade inadiável na era do conhecimento. Nesse cenário, a chance de que se continue atirando dinheiro no sistema educacional sem haver nenhuma melhora, a longo prazo, é zero.

Vocês foram gananciosos demais. Os 10% do PIB e os royalties do pré-sal serão a danação de vocês. Porque, quando essa enxurrada de dinheiro começar a entrar e nossa educação continuar um desastre, até os pais de alunos de escola pública vão entender o que hoje só os estudiosos da área sabem: que não há relação entre valor investido em educação – entre eles o salário de professor – e o aprendizado dos alunos. Aí esses pais, e a mídia, vão finalmente querer entrar nas escolas para entender como é possível investirmos tanto e colhermos tão pouco. Vão descobrir que a escola brasileira é uma farsa, um depósito de crianças. Verão a quantidade abismal de professores que faltam ao trabalho, que

não prescrevem nem corrigem dever de casa, que passam o tempo de aula lendo jornal ou em rede social ou, no melhor dos casos, enchendo o quadro-negro de conteúdo para aluno copiar, como se isso fosse aula. E então vocês serão cobrados. Muito cobrados. Mas, como terão passado décadas apenas pedindo mais, em vez de buscar qualificação, não conseguirão entregar.

Quando isso acontecer, não esperem a ajuda dos atuais defensores de vocês, como políticos de esquerda, dirigentes de ONGs da área e alguns “intelectuais”. Sei que em declarações públicas esse pessoal faz juras de amor a vocês. Mas, quando as luzes se apagam e as câmeras param de filmar, eles dizem cobras e lagartos.

Existem muitas coisas que vocês precisarão fazer, na prática, para melhorar a qualidade do ensino, e sobre elas já discorri em alguns livros e artigos aqui. Antes delas, seria bom começarem a remover as barreiras mentais que geram um discurso ilógico e travam o progresso. Primeira: se vocês são vítimas que não têm culpa de nada, também não poderão ser os protagonistas que terão responsabilidade pelo sucesso. Se são objetos do processo quando ele dá errado, não poderão ser sujeitos quando ele começa a dar certo. Se vocês querem ser importantes na vitória, precisam assimilar o seu papel na derrota.

Segunda: vocês não podem menosprezar a ciência e os achados da literatura empírica sempre que, como na questão dos salários, eles forem contrários aos interesses de vocês. Ou vocês acreditam em ciência, ou não acreditam. E, se não acreditam – se o que vale é experiência pessoal ou achismo –, então vocês são absolutamente dispensáveis, e podemos escolher na rua qualquer pessoa dotada de bom-senso para cuidar da nossa educação. Vocês são os guardiões e retransmissores do conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade. Menosprezar ou relativizar esse conhecimento é cavar a própria cova.

Terceira: parem de vedar a participação de terceiros no debate educacional. É inconsistente com o que vocês mesmos dizem: que o problema da educação brasileira é de falta de envolvimento da sociedade. Quando a sociedade quer participar, vocês precisam encorajá-la, não dizer que só quem vive a rotina de “cuspe e giz” é que pode opinar. Até porque, se cada área só puder ser discutida por quem a pratica, vocês terão de deixar a determinação de salários e investimentos nas mãos de economistas. Acho que não gostarão do resultado...

Quarta: abandonem essa obsessão por salários. Ela está impedindo que vocês vejam todos os outros problemas – seus e dos outros. O discurso sobre salários é inconsistente. Se o aumento de salário melhorar o desempenho, significa que ou vocês estavam desmotivados (o que não casa com o discurso de abnegados tirando leite de pedra) ou que é preciso atrair pessoas de outro perfil para a profissão (o que equivale a dizer que vocês são inúteis irrecuperáveis).

O respeito da sociedade não virá quando vocês tiverem um contracheque mais gordo. Virá se vocês começarem a notar suas próprias carências e lutarem para saná-las, dando ao país o que esperamos de vocês: educação de qualidade para nossos filhos.

**Para ler outras reportagens compre a edição desta semana de VEJA no [IBA](#), no [tablet](#), no iPhone ou nas bancas.**

**[Outros destaques de VEJA desta semana](#)**